DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIV

Florianópolis, 9 de outubro de 1957

NÚMERO 5.956

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 416

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 7º, do decreto n. 272, de 31 de dezembro de 1956,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Poder Judiciário, o crédito de cento e vinte e seis mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 126.600,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

10 — Juízo de Menores
Verba 10-0-002 ..... Cr\$ 123.000,00
Verba 10-0-006 ..... Cr\$ 3.600,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 4 de outubro de 1957.

JORGE LACERDA
Hercílio Deeke

DECRETO N. 417

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 7º, do decreto n. 272, de 31 de dezembro de 1956,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, o crédito de quatrocentos e vinte e um mil, cento e quaranta e seis cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 421.146,10), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

23 — Penitenciária
Verba 23-0-014 ..... Cr\$ 10.000,00
Verba 23-1-022 ..... Cr\$ 396.146,10
Verba 23-4-180 ..... Cr\$ 15.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 4 de outubro de 1957.

JORGE LACERDA
Hercílio Deeke

DECRETO N. 418

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 7º, do decreto n. 272, de 31 de dezembro de 1956,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, o crédito de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

57 — Encargos Gerais do Estado
Verba 57-4-224 ..... Cr\$ 50.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 4 de outubro de 1957.

JORGE LACERDA
Hercílio Deeke

SECRETARIAS DE ESTADO

INTERIOR E JUSTIÇA

Requerimentos despachados

9 DE SETEMBRO

Irmãos Bittencourt Ind. e Comércio — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 21.620,00.

Eléctro-Técnica Indústria e Comércio S. A. — Pede pagamento de Cr\$ 44.850,00 — Volte à portaria para que seja observada pelo requerente a exigência da Taxa de Saúde. Cia. Madeireira Santo Amaro Indústria e Comércio "Ciama" — Pede pagamento de Cr\$ 15.000,00 — Volte à portaria para que a requerente satisfaça a exigência do Tesouro.

11 DE SETEMBRO
Transportes Aéreos Catarinense S. A. — Pede pagamento de Cr\$ 2.137,00.

Nelson Amaro Coelho — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 11.500,00. A consideração do exmo. sr. Secretário.

12 DE SETEMBRO

Ulysséa, Gentil & Cia. Ltda. — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 2.160,00.

Vva. Francisco Evangelista Sobr. — Idem. idem, Cr\$ 312,50. A consideração do exmo. sr. dr. Secretário
Ulysséa Gentil & Cia. Ltda. —

Idem. idem, Cr\$ 2.800,00.
Célio Meira — Idem. idem, Cr\$ 11.824,00. A consideração do exmo. sr. dr. Secretário.

24 DE SETEMBRO

Roldão da Rocha Pires — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 19.200,00. A consideração do exmo. sr. dr. Secretário.

25 DE SETEMBRO

Meyer & Cia. — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 30.233,80.

Oscar Cardoso S. A. Comércio Indústria — Requer pagamento, de Cr\$ 2.500,00.

Soc. Com. João Cascaes Ltda. — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.005,00. A consideração do exmo. sr. Secretário.

26 DE SETEMBRO

Eléctro-Técnica Ind e Comércio S. A. — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.197,50.

Gráfica 43 S. A. Indústria e Comércio — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 2.532,00.

Comércio e Indústria Germano Stein S. A. — Idem. idem, Cr\$ 7.100,00.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina — Idem. idem, Cr\$ 2.432,80.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina — Idem. idem, Cr\$ 6.440,00.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina — Idem. idem, Cr\$ 8.280,00.

Carlos Hoepcke S. A. Comércio e Indústria — Idem. idem, Cr\$ 3.970,00.

Michel Daura & Cia. — Idem. idem, Cr\$ 34.665,00.

Arnaldo Luz — Idem. idem, Cr\$ 6.184,00.

Newton d'Ávila (dr.) — Pede pagamento — Pague-se a quantia de Cr\$ 12.000,00. A consideração do exmo. sr. dr. Secretário.

SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PUBLICA

Portaria de 4 de outubro de 1957
O DIRETOR. EM EXERCÍCIO. RESOLVE

Alterar:

De acôrdo com o art. 118. "in-fine", da lei n. 198. de 18 de dezembro de 1954:

Por conveniência do serviço, a escala de férias dos funcionários deste Departamento, aprovada pela portaria n. 226. de 27 de dezembro passada, na parte referente a Maria de Lourdes Rollin Schiefler, Auxiliar de Escritório, referência VII, lotada no Posto de Saúde de Laguna, marcando as suas férias para o mês de novembro do corrente ano.

Plantões de farmácias

MÊS DE OUTUBRO

Dia 5, sábado (tarde) — Farmácia Nelson — Rua Felipe Schmidt.

Dia 6, domingo — Farmácia Nelson — Rua Felipe Schmidt.

Dia 12, sábado (tarde) — Farmácia Moderna — Rua João Pinto.

Dia 13, domingo — Farmácia Moderna — Rua João Pinto.

Dia 19, sábado (tarde) — Farmácia

Santo Antônio — Rua Felipe Schmidt, n. 43.

Dia 20, domingo — Farmácia Santo Antônio — Rua Felipe Schmidt, n. 43.

Dia 26, sábado (tarde) — Farmácia Catarinense — Rua Trajano.

Dia 27, domingo — Farmácia Catarinense — Rua Trajano.

Dia 30, quarta-feira (feriado) — Farmácia Noturna — Rua Trajano.

O serviço noturno será efetuado pelas Farmácias Santo Antônio, Noturna e Vitória, situadas às ruas Felipe Schmidt, n. 43, Trajano e Praça 15 de Novembro, n. 27.

O plantão diurno compreendido entre 12 e 13,½ horas será efetuado pela Farmácia Vitória.

Estreito

Dias 6 e 20, domingos — Farmácia Indiana — Rua 24 de Maio, n. 895.

Dias 13 e 27, domingos — Farmácia do Canto — Rua Pedro Demoro, n. 1.627.

O serviço noturno será efetuado pelas Farmácias do Canto e Indiana.

A presente tabela não poderá ser alterada sem prévia autorização deste Departamento.

D. S. P., em setembro de 1957.
Luiz Osvaldo d'Acampora, inspetor de Farmácias.

(Reproduzida por ter saído com êrr. no original).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Portarias de 27 de dezembro de 1956

O SECRETARIO RESOLVE

Designar:

A professora Welma da Silva Mafra, para, a título precário, reger mais uma classe, nas Escolas Reunidas "Profª Leontina dos Santos Negreiros", de Canto dos Ganchos, município de Biguaçu, no período de 3 de outubro a 15 de dezembro de 1956, com a gratificação mensal de Cr\$ 420,00, correndo a despesa por conta da dotação 33-0-002, do orçamento vigente.

Admitir:

Aurora Casanigo, para exercer a função de Zelador, referência IV, nas Escolas Reunidas "Profª Júlia Cristina do Nascimento", de Erval Velho, município de Campos Novos, correndo a despesa por conta da dotação 33-1-022, do orçamento vigente.

De acôrdo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 28,00, correndo a despesa por conta da dotação 33-1-036, do orçamento vigente:

Irmã Angelina Gilli para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Rio Luiz, distrito e município de Taio, a contar de 15 de fevereiro de 1956.

Irmã Maria Kudjick para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Rio Waldrick, distrito e município de Taio, a contar de 15 de fevereiro de 1956.

Irmã Ana Lazarini para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Ribeirão Cipriano, distrito e município de Taio, a contar de 15 de fevereiro de 1956.

Irmã Teresa Zeni para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer

As assinaturas de "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares ..... Cr\$ 120,00
 Funcionários ..... Cr\$ 150,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida. Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias. Serão aceitas para publicação e-

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR
 PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
 Telefones: Diretor — 3079 — Portarias — 2688

mente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressalvados, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos meamos se verificarem. A comunicação do preço é feita por

telegrama, somente sendo levadas a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa. As reclamações referentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal. As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

cer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Anjico, distrito de Rio d'Oeste, município de Rio do Sul, a contar de 15 de fevereiro de 1956.

Irmã Santina Rossi para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Ribeirão Café, distrito de Rio d'Oeste, município de Rio do Sul, a contar de 15 de fevereiro, de 1956.

Portarias de 28 de dezembro de 1956

O SECRETARIO RESOLVE

Designar:

Com a gratificação mensal de .... Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação .... 33-0-009, do orçamento vigente:

O Diretor de Grupo Escolar, Abalor Américo Madeira para, no Curso Primário Complementar, do Grupo Escolar "Mauá", de Oficinas, município de Tubarão, substituir, em 1ª seção (3 classes), por 15 dias, a contar de 15 de outubro de 1956, a professora Maria Ferreira, que requereu licença.

Com a gratificação mensal de .... Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação .... 33-0-009, do orçamento vigente:

A Regente de Ensino Primário Osvaldo dos Santos para, na Escola isolada de Riacho, distrito e município de Jaguaruna, substituir, por 30 dias, a contar de 15 de novembro de 1956, o professor Manoel Juvêncio de Melo, que requereu licença.

A professora Aveny Ribeiro Adami para, nas Escolas Reunidas "Prof. Pedro Scharf", da vila de Ponte Alta, município de Curitiba, substituir, por 30 dias, a contar de 15 de fevereiro de 1956, a professora Ivone Maria Moraes, que requereu licença.

A professora Maria Geraldina Santana para, na Escola isolada de Sanga da Areia, distrito e município de Araranguá, substituir, por 22 dias, a contar de 24 de novembro de 1956, a professora Nilza Matos Pereira, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 16,00 (dezesseis cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

A aluna da 3ª série do Curso Normal Regional, Teresinha Madeira para, no Grupo Escolar "Visconde de Taunay", de Lauro Müller, município de Orleães, substituir, por 35 dias, a contar de 8 de novembro de 1956, a professora Ney de Rufino, que requereu licença.

A Regente de Ensino Primário Marisa Alves dos Santos para, no Grupo Escolar "Hercílio Luz", de Tubarão, substituir, por 25 dias, a contar de 21 de novembro de 1956, a professora Nydia Collaço de Farias, que requereu licença.

A Regente de Ensino Primário Laura Machado para, no Grupo Escolar "Mauá", de Oficinas, município de Tubarão, substituir, por 30 dias, a contar de 6 de outubro de 1956, a professora Heda Garcia Soares, que requereu licença.

A Regente de Ensino Primário Teresa Fernandes de Souza para, no Grupo Escolar "Mauá", de Oficinas,

município de Tubarão, substituir, por 15 dias, a contar de 15 de outubro de 1956, a professora Maria Ferreira que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

A Regente de Ensino Primário Nair Sombrio para, na Escola isolada de São José, distrito e município de Braço do Norte, substituir, por 97 dias, a contar de 10 de setembro de 1956, a professora Natália Filippi Becker que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 13,00 (treze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Ida Dal Bó Lorenzi, não titulada, para, na Escola isolada de Novo Horizonte, distrito de Lauro Müller, município de Orleães, substituir, por 47 dias, a contar de 30 de outubro de 1956, a professora Amábilie Benedet, que requereu licença.

Admitir:

De acôrdo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 32,20, correndo a despesa por conta da dotação .... 33-1-036, do orçamento vigente:

Luiza Moraes Borba para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor nas Escolas Reunidas "Prof. Pedro Paulo Philippi", de Barra Velha, distrito e município de Barra Velha, a contar de 2 de maio de 1956.

De acôrdo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 28,00, correndo a despesa por conta da dotação .... 33-1-036, do orçamento vigente:

Irmã Lúcia Kerber para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Ribeirão Bugio, distrito e município de Taió, a contar de 15 de fevereiro de 1956.

Portarias de 31 de dezembro de 1956

O SECRETARIO RESOLVE

Designar:

Com a gratificação mensal de .... Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

A professora Elvira Cardoso Duvoisin para, no Grupo Escolar "Duque de Caxias", de Mafra, substituir, no período de 22 de fevereiro a 4 de abril de 1956, a professora Mary Steir von Linsingen, que requereu licença.

A professora Eliete Teresinha Dell' Agnollo para, na Escola isolada de Ribeirão da Anta, distrito de José Boiteux, município de Ibirama, substituir, por 6 meses (licença-prêmio), a contar de 16 de maio de 1956, a professora Lúcia Pacheco da Silva Dell'Agnollo, que requereu licença.

A professora Dileta Galli para, nas Escolas Reunidas "Prof. Antenor Moraes", de Linha Bento Gonçalves, da cidade de Chapecó, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de maio de 1956, a professora Josefina Mendes Córdova, que requereu licença.

A professora Dinah Ternes Dalmarco para, no Grupo Escolar "Cruz e

Souza", de Tijucas, substituir, por 15 dias, a contar de 5 de novembro de 1956, a professora Zelândia Ramos dos Anjos, que requereu licença.

A Regente de Ensino Primário Edith Loch Souza para, no Grupo Escolar "General Osório", de Três Barras, município de Canoinhas, substituir, por 20 dias, a contar de 14 de novembro de 1956, a professora Dirce de Oliveira, que requereu licença.

A professora Judith Schultz para, no Grupo Escolar "Duque de Caxias", de Mafra, substituir, no período de 15 de fevereiro a 11 de abril de 1956, a professora Sílvia Hedwig Kuenzer, que requereu licença.

A professora Maria Heinzen Cardoso para, nas Escolas Reunidas "Professora Ezilda C. de Sena", de Alurê, distrito de Grão-Pará, município de Orleães, substituir, por 30 dias, a contar de 23 de agosto de 1956, o professor Antônio João Schmidt, que requereu licença.

A professora normalista Bilmar Luiza Luz para, no Grupo Escolar "Santos Dumont", de Garcia, municí-

pio de Blumenau, substituir, por 15 dias, a contar de 1º de dezembro de 1956, a professora Francisca Pereira, que requereu licença.

O professor Roldão Freitas para, no Grupo Escolar "Dom Joaquim", de Braço do Norte, substituir, por 60 dias, a contar de 15 de outubro de 1956, o professor Pedro Michels, que requereu licença.

A professora Maria Corrêa Vargas para, nas Escolas Reunidas "Professora Antônia Machado Cubas", de Ibiã, município de Tangará, substituir, por 90 dias, a contar de 2 de abril de 1956, a professora Odiles Helena Gonzatto, que requereu licença.

A professora Ângela Grams para, no Grupo Escolar Modelo, "Dias Velho", de Florianópolis, substituir, no período de 1º de agosto a 15 de dezembro de 1956, a professora Eurydice Monteiro Sagás, que requereu licença.

A professora Celita Colombo para, no Grupo Escolar "Belisário Pena", de Capinzal, substituir, por 30 dias, a contar de 17 de novembro de 1956, a professora Nadir de Almeida Tavares Lopes, que requereu licença.

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 4 DE OUTUBRO DE 1957

Saldo do dia 3 (Em Caixa)	Cr\$ 1.394.548,40
Recebimentos	1.341.536,30
	Cr\$ 2.736.084,70
Pagamentos	1.021.949,20
Saldo para o dia 5 (Em Caixa)	1.714.135,50
	Cr\$ 2.736.084,70

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	407.558,80	4.973,00	760.149,50	541.454,20	1.714.135,50
Em Bancos	4.394.047,50	91.953.124,10	10.491.524,80	466.180,50	107.304.876,90
TOTAIS	4.801.606,30	91.958.097,10	11.251.674,30	1.007.634,70	109.019.012,40

Flávio Filomeno

Encar. do Contrôlê

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

ccácio Mello

Tesoureiro

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Fidal

De ordem do senhor engenheiro diretor de Obras Públicas do Estado, faço público, para conhecimento dos interessados, que se acha a venda, em concorrência, pelo prazo de 15 dias, a contar da data de publicação deste, um cavalo considerado sem utilidade para os serviços desta diretoria.

O cavalo em apreço poderá ser examinado pelos interessados no Campo do Manejo, no local do Novo Instituto de Educação, durante o horário normal de serviço da D. O. P., das 7 às 11 horas e das 12 às 17 horas.

Os interessados deverão remeter sua

proposta em envelopes fechados, dirigidos a esta Diretoria de Obras Públicas, sita à rua Vidal Ramos, 76, nesta, declarando, expressamente, qual a quantia que oferecem para pagamento dentro de 48 horas, após o julgamento definitivo da concorrência.

A abertura das propostas dar-se-á às 15,30 horas do dia 15 de outubro p. v. no Gabinete do Diretor de Obras Públicas, na presença dos interessados.

Assiste a esta Diretoria de Obras Públicas o direito de recusar todas as propostas, caso nenhuma delas satisfaça aos interesses da mesma.

Diretoria de Obras Públicas, em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.

Alzira Scholz Faisca, oficial administrativo A-9.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PORTARIA N. 91/57

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Retificar a portaria n. 73/57 que alterou a escala de férias do Corpo Instrutivo deste Tribunal de Contas, aprovada pela portaria n. 49/57, de 23 de janeiro de 1957, referente ao funcionário José Makowski. Servente I-4, marcando suas férias para o mês de novembro do corrente ano.

Expediente do exmo. sr. juiz semanário

Durante a semana de 1/4 a 6/4, o exmo. sr. juiz deste Tribunal de Contas, dr. João José de Souza Cabral, despachou os seguintes empenhos:

Tribunal de Contas — Corpo Instrutivo: verba 04-4-159 — n. do empenho 3 — Dalva C. Felício — Cr\$ 796,00; Idem — verba 04-3-100 — n. do empenho 10 — Idem — Cr\$ 476,00; Idem — verba 04-0-014 — n. do empenho 3 — Walmir Espindola — Cr\$ 500,00. Poder Judiciário — Ministério Público: verba 11-0-014 — n. do empenho 2 — dr. Vitor Lima — Cr\$ 3.000,00; Idem — verba 11-0-014 — n. do empenho 3 — Idem — Cr\$ 2.000,00; Idem — verba 11-4-196 — n. do empenho 1 — Idem — Cr\$ 1.272,00. Departamentos Autônomos — Plano de Obras e Equipamentos: verba 17-4-230 — n. do empenho 49 — Haikel Dequeck eng. — Cr\$ 7.750,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 47 — José Maria Torres de Miranda aux. eng. — Cr\$ 5.580,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 48 — Cesar Amin Ghanem Sobrinho — eng. — Cr\$ 7.500,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 50 — Idem — Cr\$ 6.600,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 57 — Abelardo Batista da Silva — Cr\$ 10.780,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 58 — Idem — Cr\$ 2.600,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 59 — Idem — Cr\$ 2.600,00; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho 44 — Idem — Cr\$ 9.892,40; Idem — verba 17-4-230 — n. do empenho-55 — Fernando Viegas — Cr\$ 5.000,00. Secretaria do Interior e Justiça — Diretoria do Interior e Justiça: verba 22-3-100 — n. do empenho 7 — Gráfica 43 S. A. — Cr\$ 6.539,00.

Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores: verba 41-2-082 — n. do empenho 1 — Carlos Hoepcke S. A. — Cr\$ 62,00; Idem — verba 41-2-050 — n. do empenho 1 — Idem — Cr\$ 360,00; Idem — verba 41-3-138 — n. do empenho 3 — Idem — Cr\$ 70,00; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 4 — Idem — Cr\$ 250,00; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 3 — Drog. e Farm. Cat. — Cr\$ 695,50; Idem — verba 41-3-091 — n. do empenho 1 — Irmãos Amin — Cr\$ 7.066,00; Idem — verba 41-3-091 — n. do empenho 4 — Oliveira, Filho S. A. — Cr\$ 430,00; Idem — verba 41-3-099 — n. do empenho 5 — S. A. Moinhos Rio Grandense — Cr\$ 20.670,00; Idem — verba 41-3-099 — n. do empenho 6 — Sílvio Orlando Damiani — Cr\$ 1.200,00; Idem — verba 41-3-099 — n. do empenho 7 — Soc. Ind. Blum. Ltda. — Cr\$ 1.900,00; Idem — verba 41-3-100 — n. do

empenho 1 — Imprensa Oficial do Estado — Cr\$ 270,00.

Secretaria da Fazenda — Gabinete do Secretário: verba 58-3-095 — n. do empenho 4 — José Baião — Cr\$ 2.792,00. Tesouro (sede): verba 61-1-027 — n. do empenho 9 — Folha de pagto. de horas extraordinárias: — Cr\$ 1.370,00; Idem — verba 61-2-082 — n. do empenho 16 — Remington Rand do Brasil — Cr\$ 705,90; Idem — verba 61-2-082 — n. do empenho 15 — Casa Fernando Ltda. — Cr\$ 880,00; Idem — verba 61-3-100 — n. do empenho 21 — Remington Rand do Brasil S. A. — Cr\$ 4.000,00; Idem — verba 61-3-100 — n. do empenho 20 — Gráfica 43 S. A. — Cr\$ 530,00; Idem — verba 61-3-100 — n. do empenho 22 — Livr. e Pap. Record Ltda. — Cr\$ 2.100,00; Idem — verba 61-3-100 — n. do empenho 23 — Imprensa Oficial do Estado — Cr\$ 28.365,00. Tesouro (Coletoria interior) verba 62-3-115 — n. do empenho 1 — Mauro Schneider — Cr\$ 520,00; Idem — verba 62-0-013 — n. do empenho 6 — Leonor Fernandes de Oliveira — Cr\$ 2.060,00; Idem — verba 62-0-013 — n. do empenho 7 — Jaime de Souza — Cr\$ 3.300,00; Idem — verba 62-0-014 — n. do empenho 23 — Waldemar de Souza — Cr\$ 1.800,00; Idem — verba 62-0-014 — n. do empenho 24 — Pedro Corrêa — Cr\$ 4.500,00. Serviços de Fiscalização da Fazenda: verba 65-3-100 — n. do empenho 6 — Imprensa Oficial do Estado — Cr\$ 750,00; Idem — verba 65-0-014 — n. do empenho 10 — Milton dos Santos Garcia — Cr\$ 360,00; Idem — verba 65-0-014 — n. do empenho 11 — Veríssimo Pedro Gomes — Blumenau — Cr\$ 7.380,00; Idem — verba 65-0-014 — n. do empenho 12 — Luiz de Mathias — Joaçaba — Cr\$ 4.140,00.

Secretaria da Segurança Pública — Secção de expediente: verba 70-4-197 — n. do empenho 9 — Em. Auto Vição Peixoto — Tijucas — Cr\$ 1.100,00; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 27 — Capitão Carlos Alcides Lauth — Laguna — Cr\$ 500,00; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 28 — Cabo Alirio da Silva Damásio — Araranguá — Cr\$ 1.184,40; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 29 — João Espanhól da Silva — Araranguá — Cr\$ 472,50; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 30 — Libertino João da Silva — Araranguá — Cr\$ 630,00; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 31 — 2º Sarg. Bento M. Gonçalves — Fpolis. — Cr\$ 844,00; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 32 — Basílio Zeferino Alberton — Itá — Cr\$ 1.300,00; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho-33 — Sold. Lealdino Antunes de Moraes — Lajes — Cr\$ 157,50; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 34 — Sold. Joaquim Lemos Ribeiro — Lajes — Cr\$ 157,50; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 35 — Sold. Dilermando Antunes Ferreira — Lajes — Cr\$ 157,50; Idem — verba 70-4-160 — n. do empenho 38 — Sarg. Bento Manoel Gonçalves — Cr\$ 844,00. Delegacias Regionais: verba 76-3-091 — n. do empenho 4 — Figueras S. A. — Cr\$ 565,00; Idem — verba 76-4-167 — n. do empenho 6 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 213,50; Idem — verba 76-4-167 — n. do empenho 7 — Emp. de Luz e Força de Criciúma S. A. — Cr\$ 815,70; Idem — verba 76-3-091 — n. do empenho 2 —

Auto Mecânica Geral Ltda. — Cr\$ 5.322,00; Idem — verba 76-3-095 — n. do empenho 3 — Idem — Cr\$ 14.847,00; Idem — verba 76-4-194 — n. do empenho 3 — Idem — Cr\$ 2.280,00. Cadeias: verba 78-4-167 — n. do empenho 4 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 116,80.

Secretaria de Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas: verba 85-3-091 — n. do empenho 6 — C. Ramos S. A. — Cr\$ 800,00; Idem — verba 85-4-189 — n. do empenho 15 — Carlos Hoepcke S. A. — Cr\$ 650,00.

Secretaria da Agricultura — Diretoria de Administração: verba 88-4-167 — n. do empenho 1 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 1.500,00. Serviço do Fomento da Produção Animal: verba 94-1-035 — n. do empenho 4 — Alberto Caus — Cr\$ 9.200,00; Idem — verba 94-1-023 — n. do empenho 5 — Idem — Cr\$ 1.100,00; Idem — verba 94-1-034 — n. do empenho 5 — Idem — Cr\$ 10.800,00.

Despachou, também, os seguintes processos de empenhos:

Processo de empenho n. 130-57 — verba 93-3-098 — n. do empenho 8. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal. Importância: Cr\$ 15.830,00. Interessado: Ind. e Com. S. Pedro. Despacho: Registre-se. T. C., 2/4/57. (Ass.) João José de Souza Cabral, juiz-semanário.

Despachou, ainda, os seguintes empenhos por adiantamento:

Secretaria da Fazenda — Tesouro (sede): verba 61-4-159 — n. do empenho 7 — Osmar Oliveira — Cr\$ 5.000,00.

Secretaria da Segurança Pública — Gabinete do Secretário: verba 68-0-014 — n. do empenho 1 — Waldemiro Borini — Cr\$ 10.000,00; Idem — verba 68-0-014 — n. do empenho 2 — Idem — Cr\$ 10.000,00.

Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal: verba 93-1-021 — n. do empenho 18 — Alberto Caus — Cr\$ 10.140,00. Serviço do Fomento da Produção Animal: verba 94-1-034 — n. do empenho 4 — Idem — Cr\$ 4.000,00; Idem — verba 94-1-035 — n. do empenho 2 — Idem — Cr\$ 7.800,00.

Despachou, também, os seguintes

processos de empenhos por adiantamento:

Processo de empenho por adiantamento n. 284/57 — verba 102-3-099 — n. do empenho 2. Origem: Secretaria da Agricultura — Centro de Preparação Agrícola Caetano Costa. Importância: Cr\$ 25.000,00. Responsável: Agr. Milcíades Mário Sá Freire de Souza. Despacho: Aguarde-se as prestações de contas dos adiantamentos referentes ao exercício findo, notificando-se a parte. T. C., 2/4/57. (Ass.) João José de Souza Cabral, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 286/57 — verba 98-4-165 — n. do empenho 2. Origem: Secretaria da Agricultura — Serviço do Fomento da Produção Animal. Importância: Cr\$ 45.000,00. Responsável: Agr. Sady Ricardo dos Santos Filho. Despacho: Aguarde-se as prestações de contas em atraso, justificando a parte o motivo determinante do empenho dentro do duodécimo sem autorização superior. T. C., 2/4/57. (Ass.) João José de Souza Cabral, Juiz-Semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 283/57 — verba 102-3-099 — n. do empenho 2. Origem: Secretaria da Agricultura — Centro de Preparação Agrícola Vidal Ramos. Importância: Cr\$ 25.000,00. Responsável: Agr. Roldão de Castro Barbosa Câmara. Despacho: Aguarde-se as prestações de contas sobre os adiantamentos do exercício anterior, justificando-se a parte. T. C., 2/4/57. (Ass.) João José de Souza Cabral, Juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 289/57 — verba 54-4-236 — n. do empenho 3. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Colônia Santa Teresa. Importância: Cr\$ 39.962,00. Responsável: Folha de pagto. n. 3. Despacho: Aguarde-se a prestação de contas do adiantamento anterior, para despacho final T. C., 2/4/57. (Ass.) João José de Souza Cabral, juiz-semanário.

Tribunal de Contas, em Florianópolis, 6 de abril de 1957.

Maria Teresa V. Vieira, secret. juiz-semanário.

Visto: Jonas Andriani, diretor-secretário.

(4580)

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Portarias de 2 de outubro de 1957

O PRESIDENTE RESOLVE

Designar:

Hamilton José Hildebrand, Consultor Jurídico do Estado, para, juntamente com esta presidência, examinar as provas de Matemática e Português, respectivamente, do concurso para provimento dos cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro do Poder Executivo, a se realizar no dia 4 do corrente.

Alcídes Hermógenes Ferreira, membro desta Comissão, para servir como fiscal nas provas do concurso para provimento dos cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar de Laboratório, a se realizar no dia 4 do corrente.

Maria Helena Franzoni, ocupante do cargo da classe B-7 da carreira de Escriurário, do Quadro do Poder Executivo, com exercício nesta Comissão, para secretariar os trabalhos do concurso para provimento dos cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro do Poder Executivo, a se realizar no dia 4 do corrente.

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. Dr. Plínio Joselino Azambuja Bueno, em 2.10.57. Representante do Estado no ato —

Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.

Nome do contratado — Plínio Joselino Azambuja Bueno.

Nacionalidade — Brasileira.

Função — Consultor Jurídico.

Repartição — Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos.

Remuneração — Cr\$ 11.200,00 (mensais).

Verba — n. 17-4-230.

Duração — 3 anos.

Vigência — 15.7-57.

Térmo de rescisão de contrato

Aos dois (2) dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de Florianópolis, no prédio sito à rua Felipe Schmidt, número trinta e seis, onde funciona a Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, conforme despacho do sr. presidente desta Comissão, contido em fis. 5v., do processo n. 2.232/57, foi concluído este termo de rescisão de contrato na forma que se segue: O contratado resolve considerar rescindido o contrato celebrado com a srta. Wilma de Paula Ribeiro, em 16-4-56, com vigência a partir de 19-3-56 à 19-3-58, lavrado no livro próprio n. 5, à fis. 19 à 20, segundo o qual a contratada foi investida na função de Auxiliar de Escriurário, com exercício na Secretaria da Agricultura, e cuja rescisão deve ser considerada a partir de 26-6-57.

E, para constar, em Isabel Clarice Vieira, ocupante do cargo da classe A-6 da carreira de Escriturário, do Quadro do Poder Executivo, neste livro próprio, lavrei o presente termo que vai assinado pelo presidente da C.E.S.P.E. e por mim, estando isento de qualquer imposto ou taxa.

Florianópolis, 2 de outubro de 1957.
Dante De Patta, presidente.
Isabel Clarice Vieira.

(9138)

CARREIRA DE ESTATÍSTICO CLASSE A-11

Contagem de tempo na classe até 5 de outubro de 1957

1 — Frederico Manoel da Silva Neto	1.889
2 — Lauro Soncini	1.863,5
3 — Nilza Melo	581
4 — Hort Lueders	575
5 — Zília Nicolich da Silva ..	34
6 — Zélia Maria Soncini	34
7 — João Guedes da Fonseca Neto	34
8 — Maurílio Lopes da Silva ..	5

Florianópolis, 8 de outubro de 1957.
Dante De Patta, presidente.

PARECER N. 853/57

Requer Evaldo Villela, Encarregado de Serviço, referência XIV, da Penitenciária do Estado, pagamento de diárias, por motivo de serviços eleitorais.

2. Foi apenas aos presentes autos o processo referente a pedido idêntico de Joel Gomes, Guarda-Livros da Contadoria Geral do Estado, e em cuja solução se empara o requerente.

3. Através do Parecer n. 254/56, constante da peça anexada, efetivamente esta Comissão concede o direito a diárias, em decorrência de designação para exercício no Juízo Eleitoral, o que encontrou fundamento no art. 132, da lei 249, de 12-1-49.

4. O atual Estatuto, no art. 182 e seguintes, do Cap. V, Seção IV, reproduz o texto antigo; supra citado, se bem que, no caso, se apliquem as normas da

anterior lei pela qual faz o peticionário jus ao que pede.

5. Na forma do art. 133 daquela, deverão as diárias obedecer à tabela fixada anualmente, sendo que cumpre esclarecer-se nos autos, para os devidos cálculos, o tempo decorrido da designação feita por ato de 16 de setembro de 1955 (o informe à fls. 4 v., da D. I. J. é incompleto, nesse ponto).

6. Acharnos desnecessária também a anexação do processo n. 1.952/55, que prejudicará o serviço do protocolo, bastando em seu lugar, a transcrição do Parecer n. 254/56.

7. Pelo deferimento.

S. S., em 21 de maio de 1957.

Dante De Patta, presidente.

Moacyr de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira

Hamilton J. Hildebrand

De acordo.

(Ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 854/57

Requer Osvaldo Fortkamp, soldado reformado da Polícia Militar do Estado, pagamento da elevação de etapa.

2. É favorável a Consultoria Jurídica da Corporação, em vista de ter a reforma se processado em consequência de ferimento em serviço.

3. Na forma do Código de Vencimentos e Vantagens e da lei 1.473, de 19-5-56, que majora de Cr\$ 18,00 para Cr\$ 28,00, a etapa diária, a partir de 1º de abril de 1956, cabe ao requerente direito, a contar dessa data, a importância mensal de Cr\$ 300,00.

4. Deverá relacionar-se a seu favor, a cifra de Cr\$ 2.700,00, (dois mil e setecentos cruzeiros), relativa ao exercício findo.

5. Pelo deferimento.

S. S., em 22 de maio de 1957.

Dante De Patta, presidente.

Moacyr de Oliveira, relator.

Alcides H. Ferreira

Hamilton J. Hildebrand

De acordo.

(Ass.) Jorge Lacerda

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CASA PEITER S. A. COMERCIAL

Ata da assembléia geral extraordinária

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano um mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Blumenau, na sede social, à rua 15 de Novembro, 553, pelas quatorze horas, reuniram-se em assembléia geral extraordinária os acionistas da "Casa Peiter S. A. — Comercial", verificando-se o comparecimento de sete acionistas, titulares de oito ações, ordinárias ao portador, do valor nominal de um mil cruzeiros cada uma, representativas do capital de oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8.000.000,00), ou seja, a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro de presença, depois de exibidas e conferidas as ações de cada um deles, na forma da lei. Havendo número legal de acionistas e de ações para que a assembléia pudessem válidamente deliberar, a senhora Irene Burger Peiter, diretora-presidente da sociedade, assumiu a presidência da reunião, na forma dos estatutos sociais, convidando o acionista Jago H. Lungershausen para servir de secretário, ficando assim constituída a mesa. Declarando aberta a sessão e iniciados os trabalhos, determinou o sr. presidente que o sr. secretário procedesse a leitura do aviso de convocação da assembléia, o qual foi publicado por três vezes no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina em suas edições números 5.932, 5.933 e 5.934, respectivamente de 5, 6 e 9 do corrente mês, bem como no jornal local "A Nação", em suas edições números 194, 195 e 196, respectivamente de 31 de agosto,

1º e 3 do corrente mês, cujo aviso foi realmente lido e é do teor seguinte: Casa Peiter S. A. — Comercial. Assembléia geral extraordinária. 1ª convocação. São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléia geral extraordinária, que deverá realizar-se na sede social, à rua 15 de Novembro n. 553, nesta cidade de Blumenau, pelas 14 (quatorze) horas do dia 16 (dezesseis) de setembro do corrente ano e que obedecerá a seguinte ordem do dia. I — Aumento do capital social; II — alteração dos estatutos da sociedade; III — diversos assuntos de interesse da sociedade. Blumenau, 28 de agosto de 1957. Irene B. Peiter, diretor-presidente. Em seguida, depois de anunciar os dois primeiros pontos da ordem do dia, que tratam do aumento do capital social e consequente reforma do art. 5º dos estatutos sociais, determinou o sr. presidente ao sr. secretário que procedesse à leitura dos seguintes documentos, os quais se achavam sobre a mesa e que passo a transcrever: Casa Peiter S. A. — Comercial. Exposição justificativa da diretoria, relativa ao aumento do capital social. Senhores acionistas. Como é sabido, o nosso capital social é, atualmente, representado pela soma de ... Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), dividido em oito mil (8.000) ações ordinárias, ao portador, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, todo ele realizado e integralizado pela forma constante dos atos de constituição da sociedade, notadamente, o artigo 5º dos estatutos em vigor. Acontece, entretanto, que esse capital tornou-se insuficiente para atender, satisfatoriamente, as necessidades da empresa, por motivos vários, entre os quais cumpre salientar os seguintes: a) a alta progressiva dos preços das mercadorias do nosso comércio, devido ao fenômeno inflacionário, ainda não dominado pelo governo, apesar das medidas drásticas até agora postas em prática; b) a imobilização de vultuosa quantia na construção do edifício que abrigará o nosso principal estabelecimento, tendo em vista as condições precaríssimas do que vem sendo utilizado para esse fim. Tal edifício está sendo construído à rua 15 de Novembro, desta cidade, em terreno de propriedade de alguns dos nossos acionistas, a ser incorporado ao nosso patrimônio, conforme prévios entendimentos. Assim compreendendo, resolveu a diretoria desta sociedade oferecer à consideração dos srs. acionistas a seguinte proposta: I — Aumento do capital social de oito para doze milhões de cruzeiros, ou seja mais ... Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). II — Integralização imediata desse aumento, por meio de direitos creditórios e transferência do terreno onde está sendo construído o edifício acima mencionado. Dado que esta proposta mereça a aprovação do nosso conselho fiscal e da assembléia geral extraordinária, já convocada, para deliberar a respeito o artigo 5º dos estatutos sociais passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 5º — O capital social é de ... Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), dividido em 12.000 (doze mil) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, totalmente integralizado. Isto posto, espera a diretoria seja o assunto estudado com as devidas cautelas e afinal resolvido, tendo em vista os superiores interesses da sociedade. Blumenau, 9 de setembro de 1957. (Ass.) Irene B. Peiter, Willy Belz, Jago H. Lungershausen e Egon R. Peiter. Parecer do conselho fiscal: Os abaixo-assinados, membros efetivos do conselho fiscal da Casa Peiter S. A. Comercial, tendo examinado cuidadosamente a exposição da diretoria, relativa ao aumento do capital, são de parecer que devam ser aprovados, pela assembléia geral extraordinária, os itens da proposta. Blumenau, 11 de setembro de 1957. (Ass.) Júlio H. Zadrozny, Adolfo Wollstein e Jorge Fabian. Uma vez concluída a leitura dos documentos acima transcritos, o sr. presidente submeteu-os à discussão do plenário, concedendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Pedindo e obtendo a palavra a acionista Vera H. Mueller comentou com abundância de detalhes, a exposição justificativa da diretoria, manifestando o seu integral apoio aos motivos expostos e terminando por aconselhar a assembléia a aprovar, sem restrições, a referida exposição, tal como reconhecendo o conselho fiscal em seu parecer sobre o assunto em debate. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o sr. presidente pôs em votação a exposição justificativa da diretoria e o parecer do conselho fiscal, relativos ao aumento do capital social e consequente reforma do artigo 5º, dos estatutos sociais, os quais foram aprovados por unanimidade. Tendo em vista a deliberação da assembléia o sr. presidente fez correr entre os presentes a lista de subscrição do aumento do capital de oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8.000.000,00) para doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000,00), observando que cada acionista, ao efetuar sua respectiva subscrição, indicasse a forma de realização do capital. Preenchida a lista de subscrição, com abstenção voluntária da acionista Vera H. Mueller, verificou-se que o aumento do capital fora integralmente subscrito pela maneira que passo a transcrever: Casa Peiter S. A. — Comercial. Lista de subscrição do aumento de capital. Total ... Cr\$ 4.000.000,00. N. de ordem — Nomes — Nacionalidade — Estado civil — Profissão — Residência — Número de ações — Importância total Cr\$ — Realização — Assinaturas de próprio punho ou por procuração. 1 — Irene B. Peiter — brasileira — viúva — Comércio — Blumenau —

1.360 — 1.360.000,00 — em crédito — (ass.) Irene B. Peiter. 2 — Willy Belz — aspas — casado — aspas — aspas — 440 — 440.000,00 — idem — (ass.) Willy Belz — 3 — Jago H. Lungershausen — aspas — aspas — aspas — aspas — 550 — 550.000,00 — em bens — (ass.) Jago H. Lungershausen. 4 — Lio C. Peiter — aspas — aspas — economista — Rio, D.F. — 550 — 550.000,00 — idem — pp. Vera H. Mueller. 5 — Egon R. Peiter — aspas — solteiro — comércio — Blumenau — 550 — 550.000,00 — idem — (ass.) Egon R. Peiter. 6 — Carlos L. Peiter — aspas — aspas — estudante — aspas — 550 — 550.000,00 — aspas — (ass.) pp. Vera H. Mueller. Blumenau, 16 de setembro de 1957. (Ass.) Irene B. Peiter, presidente; (ass.) Jago H. Lungershausen, secretário. Novamente com a palavra o sr. presidente disse que, tendo em vista que os subscritores de capital pretendem integralizá-lo por meio da conversão de crédito e por intermédio da incorporação de bens imóveis, face ao disposto no art. 5º e seus parágrafos do decreto-lei n. 2.627, de 28 de setembro de 1940, havia necessidade de serem eleitos e nomeados pelos presentes, três peritos que procedessem à competente avaliação dos bens imóveis, bem como efetuassem o exame na contabilidade da sociedade, para dizerem da existência dos créditos com que os acionistas pretendem integralizar o capital, pela conversão daqueles créditos, no aumento de capital ora em realização. Pedindo e obtendo a palavra, a acionista Vera H. Mueller exaltou a clareza e precisão das explicações fornecidas pelo sr. presidente, propondo que a assembléia elegesse, por aclamação, para peritos os senhores: a) Adolfo Schmalz, brasileiro, casado, comerciante; b) Artur Rabe Jor., brasileiro, casado, contador; c) Leopoldo Collin, brasileiro, casado, comerciante, todos residentes e domiciliados nesta cidade. Em seguida pôs o sr. presidente em discussão aquela proposta oferecendo a palavra a quem quisesse se manifestar. Ninguém tendo querido usar da palavra, foi a proposta da acionista Vera H. Mueller, submetida a votação, declarando o sr. presidente que deveriam conservar-se sentados os que quisessem aprová-la. Verificou-se que a proposta obtivera aprovação unânime, tendo se absteido de votar os acionistas diretamente interessados. Tendo em vista a deliberação da assembléia, o sr. presidente declarou que iria transmitir com urgência os convites aos peritos eleitos, a fim de que eles se reunissem imediatamente para formularem seu laudo, de modo a permitir que fosse o mesmo submetido à aprovação da assembléia, motivo pelo qual suspendia a sessão pelo tempo necessário ao cumprimento de tal formalidade, determinando a mim, secretário, que no interim desse início à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, depois de três horas de intervalo, o sr. presidente comunicou aos presentes que os senhores peritos haviam apresentado o seu laudo e que se achavam presentes para quaisquer esclarecimentos, em virtude do que passou a mim, secretário, o referido documento para que procedesse à leitura do mesmo, o qual é do teor seguinte: Laudo dos peritos: Os abaixo-assinados, Adolfo Schmalz, brasileiro, casado, comerciante; Artur Rabe Jor., brasileiro, casado, contador e Leopoldo Collin, brasileiro, casado, comerciante, todos residentes e domiciliados nesta cidade, peritos nomeados pela assembléia geral extraordinária da "Casa Peiter S. A. — Comercial", em realização, para examinarem a contabilidade da referida sociedade e dizerem da existência de créditos suficientes para integralização das ações subscritas pelos acionistas que pretendem converter aqueles créditos em capital, bem como para procederem à avaliação dos bens imóveis com que outros subscritores pretendem integralizar o capital subscrito no aumento de capital da referida sociedade anônima, depois de detido e minucioso exame procedido naquele imóvel e ainda rigorosa inspeção nos livros contábeis da sociedade, passaram a proferir o seu laudo, sem que nem malícia, cónscios de suas responsabilidades, pela forma seguinte: 1º

Examinando a contabilidade da Casa

Feiter S. A. — Comercial, constatamos a existência de créditos na importância de um milhão e oitocentos mil cruzeiros (R\$ 1.800.000,00), importância esta distribuída entre os acionistas Irene B. Feiter e Willy Belz, na seguinte proporção: a) Irene B. Feiter R\$ 1.360.000,00; b) Willy Belz R\$ 440.000,00. Total ..... R\$ 1.800.000,00. 2º — Quanto aos bens imóveis, verificamos o seguinte: Trata-se de um terreno, de forma irregular, situado à rua 15 de Novembro, nesta cidade, contendo uma área total aprox. de ... 731,37 metros quadrados, fazendo frente com a alameda rua 15 de Novembro, onde mede 13,35 metros, extremado de um lado com terras de Bernardino Antônio de Souza por duas linhas quebradas, medindo uma 31,08 metros e a outra 14,25 metros, limitando-se em seguida por intermédio de uma linha reta, que mede 14,60 metros, com terras da "Casa do Americano S. A. — Mercado de Automóveis" extremado pelos fundos com terras dos herdeiros de Jorge Paulo Boettger, onde mede 20,75 metros, limitando-se por outro lado com terras do dr. João de Borja, por duas linhas quebradas, medindo a primeira 31,40 metros e a outra 11,40 metros extremado ainda por este lado com a rua 4 de Fevereiro, onde mede 3,70 metros e em seguida com terras dos subscritores, por duas linhas quebradas, medindo uma 17,50 metros e a outra 12,05 metros, tudo conforme consta da planta de situação anexa, devidamente assinada por todos os subscritores, e que fica fazendo parte integrante do presente laudo. O terreno por nós visitado é parte integrante de um todo que foi adquirido pelos subscritores Jago H. Lungershausen e sua mulher Carmen Feiter Lungershausen, Lio Cesar Feiter, Egon Rodolfo Feiter e Carlos Luiz Feiter por intermédio de seis títulos a saber: a) Escritura pública lavrada em notas do tabelião João Gomes da Nóbrega, desta comarca de Blumenau, no livro n. 32, às fls. 163 v. a 169 v., em 2 de dezembro de 1941, devidamente registrada no cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-O, às fls. 206, sob n. 16.757, em 5 de dezembro de 1941; b) escritura pública lavrada em notas do tabelião João Gomes da Nóbrega, desta comarca de Blumenau, no livro n. 35, às fls. 144 a 147, em 6 de novembro de 1942, devidamente registrada no cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-P, às fls. 156 sob n. 18.165, em 20 de novembro de 1942; c) formal de partilha extraído dos autos de inventário de Ricardo Feiter, passado a favor de Carmen Feiter, em 24 de junho de 1941, devidamente transcrito no cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-R, às fls. 248, sob n. 21.757, em 31 de outubro de 1945; d) formal de partilha extraído dos autos de inventário de Ricardo Feiter, passado a favor de Lio Cesar Feiter, em 24 de junho de 1941, devidamente transcrito no cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-R, às fls. 249, sob n. 21.758, em 31 de outubro de 1945; e) formal de partilha extraído dos autos de inventário de Ricardo Feiter, passado a favor de Egon Rodolfo Feiter, em 24 de junho de 1941, devidamente transcrito no Cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-R, às fls. 250, sob n. 21.759, em 31 de outubro de 1945; f) formal de partilha extraído dos autos de inventário de Ricardo Feiter, passado a favor de Carlos Luiz Feiter, em 24 de junho de 1941, devidamente transcrito no Cartório do Registro de Imóveis, 1º Ofício, desta comarca, no livro n. 3-R, às fls. 251, sob n. 21.760, em 31 de outubro de 1945, terrenos estes sem benfeitorias de monta e a cujos bens atribuímos o valor global de dois milhões e duzentos mil cruzeiros (R\$ 2.200.000,00). Damos assim por concluída a nossa missão, cumprindo salientar que as nossas deliberações foram tomadas por unanimidade, sem a menor divergência, depois do exame cuidadoso e ponderado dos bens avaliados, notadamente os títulos e documentos de propriedade verificando-se que aqueles bens com que os subscritores Jago Horst Lungershausen e sua mulher Car-

men Feiter Lungershausen, Lio Cesar Feiter e sua mulher, Egon Rodolfo Feiter e Carlos Luiz Feiter, pretendem integrar o capital que subscreveram no aumento de capital da "Casa Feiter S. A. — Comercial", somam a quantia acima já especificada de dois milhões e duzentos mil cruzeiros (R\$ 2.200.000,00). Por estarmos de perfeito acordo quanto à avaliação feita e tudo o mais que consta do presente laudo, foi o mesmo dactilografado e depois de lido, conferido e achado conforme, val por todos nós assinado, para que produza os seus devidos e legais efeitos. Blumenau, 16 de setembro de 1957. (Ass.) Adolfo Schmalz, Leopoldo Collin e Artur Rabe Jr. Finda a leitura, e após haverem os subscritores, falando cada um por sua vez, declarado que aceitavam os valores dados pelos peritos aos seus bens, o sr. presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, o presidente submeteu o referido laudo dos peritos à votação da assembléia, dizendo que os acionistas que o aprovassem deveriam conservar-se sentados. Com as abstenções respectivas dos acionistas interessados, verificou-se ter sido o laudo aprovado por unanimidade. Pedindo e citando a palavra os acionistas Jago H. Lungershausen e sua mulher Carmen Feiter Lungershausen, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, ele, comerciante e ela, de prendas domésticas; Lio Cesar Feiter e sua mulher Maria Thereza Freitas Feiter, brasileiros, casados, residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, ele, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e ela, de prendas domésticas, neste ato representados por sua bastante procuradora Vera H. Mueller, brasileira, casada, comerciante residente e domiciliada nesta cidade conforme subestabelecimento constante da procuração por instrumento público lavrada em notas do tabelião Caio Júlio Tavares, do 24º Ofício de Notas do Distrito Federal, no livro n. 147, às fls. 53 v., em 20 de agosto de 1957; Egon Rodolfo Feiter, brasileiro, solteiro, comerciante residente e domiciliado nesta cidade; e Carlos Luiz Feiter brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato representado por sua bastante procuradora Vera H. Mueller, acima já qualificada, conforme subestabelecimento passado na procuração outorgada por instrumento público, em notas do tabelião Benjamin Margarida, desta comarca de Blumenau, no livro n. 52, às fls. 16, em 24 de abril de 1957, falando cada um por sua vez foi dito que, em virtude da aprovação do laudo pericial relativo aos bens oferecidos para integralização do capital que subscreveram no aumento de capital da "Casa Feiter S. A. — Comercial", cediam e transferiam desde já, por esta e na melhor forma de direito, a referida sociedade, todo o seu direito, ação, domínio e posse sobre os referidos bens para que a sociedade possua como seus, que são e ficarão sendo de hoje para sempre, respondendo pela evicção quando chamados à autoria, na forma da lei. Em face destas declarações, disse o sr. presidente incorporados no patrimônio da sociedade os bens descritos no laudo dos peritos, bem como aumentado o capital social e alterado o art. 5º dos estatutos sociais, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 5º — O capital social é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), dividido em 12.000 (doze mil) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, a vontade do acionista, do valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, totalmente integralizada. Declaram, afinal, o sr. presidente que irá tomar as necessárias providências no sentido de serem pagos os tributos devidos em consequência do aumento de capital ora verificado, bem como praticar as formalidades legais relativas ao arquivamento e publicidade da respectiva ata. Em seguida foi abordado o terceiro ponto da ordem do dia, tendo o sr. presidente uma vez mais oferecido a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, o sr. presidente declarou esgo-

tada a matéria da ordem do dia e encerrada a sessão, da qual eu, Jago H. Lungershausen, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e val devidamente assinada pela mesa, pelos acionistas e pelos peritos presentes. Blumenau, 16 de setembro de 1957. (Ass.) Irene B. Feiter, presidente; Jago H. Lungershausen, secretário; Willy Belz; Vera H. Mueller; Egon R. Feiter; pp. Lio C. Feiter — Vera H. Mueller; pp. Carlos L. Feiter — Vera H. Mueller; Adolfo Schmalz; Leopoldo Collin; Artur Rabe Jr.; Jago H. Lungershausen, secretário. Confere com o original lavrado às fls. 3 verso a 9 do livro de atas, das assembléias gerais da Casa Feiter S. A. — Comercial, Blumenau, 16 de setembro de 1957. Jago H. Lungershausen.

Reconheço verdadeira a assinatura de Jago Horst Lungershausen do que dou fé. Em testemunho ADO. da verdade. Blumenau, 23 de setembro de 1957. Amaury Demétrio de Oliveira, escrevente juramentado.

N. 11.204 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na 1ª via ..... R\$ 101,50 de selos federais e ..... R\$ 2.002,00 estaduais por estampilhas, para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Certifico, em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número três mil duzentos e setenta e seis (3.276), datado de vinte e um (21) de setembro do corrente ano, do senhor diretor-presidente da firma Casa Feiter S. A. — Comercial, residente na cidade de Blumenau, neste Estado, que, consta nesta Junta a guia n. 239, da 1ª Coletoria Federal de Blumenau, do pagamento do Imposto do Selo por verba, na importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), recolhidos aquela Coletoria, em data de deztois de setembro do corrente ano, que tem o teor seguinte: 239 1ª Coletoria Federal de Blumenau, guia para pagamento do Imposto do Selo por verba, na importância de ..... R\$ 24.000,00. A sociedade anônima "Casa Feiter S. A. — Comercial", com sede nesta cidade, à rua 15 de Novembro n. 553, por seu diretor-presidente abaixo-assinado, e com fundamento no artigo 110. Nota 5ª, letra "a" da tabela anexo a decreto n. 32.392, de 9 de março de 1953, combinado com a observação 2ª n. V, da mesma tabela, val à 1ª Coletoria Federal de Blumenau, pagar, por verba, a quantia de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), proveniente do imposto de selo devido sobre o aumento de seu capital social, na importância de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), aprovado por deliberação da assembléia geral extraordinária, realizada em 16 do corrente mês, Blumenau, 18 de setembro de 1957. Em carimbo: Casa Feiter S. A. — Comercial. (a.) assinatura ilegível, diretor-presidente. Renda ordinária. Imposto do selo e afins. Verba fiscal. R\$ 24.000,00. Ao lado estavam dois (2) carimbos com os seguintes dizeres: Lançado. Partida hoje do caixa geral em 18 de setembro de 1957. (a.) assinatura ilegível, escrivão. 1ª C. F. Blumenau. Recebi em 18 set. 1957. (a.) Laudelino Puecini, tes. aux. É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos vinte e seis (26) de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957).

AERO-CLUBE DE URUBICI

Ata da reunião da diretoria provisória

Aos quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina, no salão Frei Rogério, à rua Manoel Saturnino s.n., sob a presidência do sr. presidente provisório, sr. Ney Baptista de Almeida, reuniu-se a diretoria provisória do Aero-Clube de Urubici. Aberta a sessão pelo sr. presidente, foi pelo mesmo exposto o assunto a tratar: 1) Eleição da diretoria; 2) aprovação dos estatutos. Depois de discutidos estes assuntos procedeu-se à eleição por escrutínio secreto, da diretoria, que deu o seguinte resultado: Para presidente — Ney Baptista de Almeida; para vice-presidente — dr. Alfredo Oscar Becke; para 1º secretário — Manoel Severino da Luz; para 2º secretário — Simão Dresch; para 1º tesoureiro — dr. Edmundo Ribeiro Rodrigues; para 2º tesoureiro — Ermegildo Ebone; para diretor-técnico — Saul João Claudino; para diretor-social — Armando de Oliveira Mendonça; para oradores — Ari de Souza Vieira e dr. Nereu Celeste Ghizoni. Em seguida o sr. presidente, deu posse a diretoria eleita, passando a seguir a presidência ao vice-presidente eleito, dr. Alfredo Oscar Becke, que de imediato empôssou o presidente eleito, o qual reassumiu a presidência. Passando ao 2º assunto o sr. presidente apresentou os estatutos que depois de discutidos, foram pela diretoria aprovados, dando-se logo as providências para o necessário registro. Nada mais havendo a tratar, deu o sr. presidente por encerrada a sessão, cuja ata, eu, P. José A. Gonçalves Espindola, secretário ad hoc, pelo sr. presidente no meado a layro no livro competente, do qual são extraídas quatro cópias, para o necessário registro e que depois de lida e aprovada, val por todos e por mim assinada. P. José A. Gonçalves Espindola, Ney Baptista de Almeida, presidente; dr. Alfredo O. Becke, vice-presidente; Manoel Severino da Luz, 1º secretário; Simão Dresch, 2º secretário; dr. Edmundo Ribeiro Rodrigues, tesoureiro; Ermegildo Ebone, 2º tesoureiro; Saul João Claudino, diretor-técnico; Ari de Souza Vieira, orador; dr. Nereu Celeste Ghizoni, orador; Armando de Oliveira Mendonça, diretor-social.

Reconheço verdadeiras as firmas retro (onze) a partir de P. José A. Gonçalves Espindola, a de dr. Nereu Celeste Ghizoni, do que dou fé. Urubici, 22 de abril de 1957. Em testemunho LVA. da verdade. O escrivão e tabelião distrital: Lauró Vieira de Andrade.

(3157)

JOÃO THOMAZ DE SOUZA S. A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Assembléia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral extraordinária desta sociedade, a realizar-se na sede social, à rua Gustavo Richard, n. 564, nesta cidade, no dia 22 de outubro do corrente ano, às 13 horas, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Aumento do capital social.
- 2º — Reforma dos estatutos.

Laguna, 25 de setembro de 1957.
Aldo Bortoluzzi Souza, diretor-geral.

(3-3) (3153)

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de outubro de 1957. Eduardo Nicolich, secretário.

(3139)

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA

EDITAL N. 15-57

Designa horário e Bancas Examinadoras para as primeiras provas parciais, em 2ª chamada, de 1957

De ordem do exmo. sr. dr. Biase Agnesino, Faraco, diretor desta Faculdade, torno público que, para as primeiras provas parciais, em segunda chamada, do corrente ano, a serem realizadas no mês de outubro em curso, foi estabelecido o horário abaixo, e designadas as seguintes Bancas Examinadoras:

CURSO DE FARMÁCIA

1ª série

Dia 14-10-957, às 19 horas: Química Orgânica e Biológica — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Henrique Brüggemann; Examinadores: Prof. dr. Zulmar de Lins Neves e prof. dr. Raulino José de Souza Sobrinho.

Dia 15-10-957, às 19 horas: Zoologia e Parasitologia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Biase Agnesino Faraco; Examinadores: Prof. dr. Polydoro Ernani de S. Thiago e prof. dr. Raulino José de Souza Sobrinho.

Dia 16-10-957, às 19 horas: Microbiologia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Biase Agnesino Faraco; Examinadores: Prof. dr. Polydoro Ernani de S. Thiago e prof. dr. Henrique Brüggemann.

Dia 17-10-957, às 19 horas: Farmacognosia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Luiz Osvaldo d'Acampora; Examinadores: Prof. dr. Raulino José de Souza Sobrinho e prof. dr. Raulino Horn Ferro.

Dia 14-10-957, às 19 horas: Química Industrial Farmacêutica — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Sálvio Guilhon Gonzaga; Examinadores: Prof. dr. Henrique Brüggemann e prof. dr. Raulino Horn Ferro.

Dia 15-10-957, às 19 horas: Química Toxicológica e Bromatológica — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Raulino José de Souza Sobrinho; Examinadores: Prof. dr. Raulino Horn Ferro e prof. dr. Sálvio Guilhon Gonzaga.

Dia 16-10-957, às 19 horas: Farmácia Química — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Luiz Osvaldo d'Acampora; Examinadores: Prof. dr. Sálvio Guilhon Gonzaga e prof. dr. Raulino Horn Ferro.

Dia 17-10-957, às 19 horas: Higiene e Legislação Farmacêutica — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Raulino José de Souza Sobrinho; Examinadores: Prof. dr. Joaquim Madeira Neves e prof. dr. Luiz Osvaldo d'Acampora.

CURSO DE ODONTOLOGIA

1ª série

Dia 14-10-957 às 19 horas: Histologia e Microbiologia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Biase Agnesino Faraco; Examinadores: Prof. dr. Polydoro Ernani de S. Thiago e prof. dr. Newton Linhares d'Ávila.

Dia 15-10-957, às 19 horas: Metalurgia e Química Aplicadas — Banca examinadora: Presidente: Prof. dr. Samuel Fonseca; Examinadores: Prof. dr. Djalma Gartner Roslindo e prof. dr. Vinício Olinger.

Dia 16-10-957, às 19 horas: Fisiologia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Miguel E. M. Orofino; Examinadores: Prof. dr. Newton Linhares d'Ávila e prof. dr. Miroslau C. Wolowski.

Dia 17-10-957, às 19 horas: Anatomia — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Biase Agnesino Faraco; Examinadores: Prof. dr. Rol-

dão Consoni e prof. dr. Polydoro Ernani de S. Thiago.

2ª série

Dia 14-10-957, às 19 horas. Prótese — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Djalma Gartner Roslindo; Examinadores: Prof. dr. Vinício Olinger e prof. dr. Samuel Fonseca.

Dia 15-10-957, às 19 horas: Técnica Odontológica — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Pedro Mendes de Souza; Examinadores: Prof. dr. Miroslau C. Wolowski e prof. dra. Yeda Manganelli Orofino.

Dia 16-10-957, às 19 horas: Clínica Odontológica (primeira parte) — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Miroslau C. Wolowski; Examinadores: Prof. dr. Pedro Mendes de Souza e prof. dra. Yeda Manganelli Orofino.

Dia 17-10-957, às 19 horas: Higiene e Odontologia Legal — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Biase Agnesino Faraco; Examinadores: Prof. dr. Samuel Fonseca e prof. dr. Djalma Gartner Roslindo.

3ª série

Dia 14-10-957, às 19 horas: Patologia e Terapêutica Aplicadas — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Samuel Fonseca; Examinadores: Prof. dr. Miguel E. M. Orofino e prof. dr. Miroslau C. Wolowski.

Dia 15-10-957, às 19 horas: Ortodontia e Odontopediatria — Banca examinadora: Presidente: Professor dr. Pedro Mendes de Souza; Examinadores: Prof. dra. Yeda Manganelli Orofino e prof. dr. Vinício Olinger.

Observação: Todas as provas serão realizadas no prédio, à rua Esteves Júnior, 93 (Edifício da Farmácia e da Clínica Odontológica).

Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina em Florianópolis, 7 de outubro de 1957.
Antônio Adolfo Lisboa, secretário.
Visto: Biase Agnesino Faraco diretor.
Visto: Octávio da Silveira Filho, inspetor federal. (9183)

COMPANHIA TEXTIL KARSTEN

Ata da assembléa geral ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 1957, às quatorze horas, no escritório da Companhia, sito no lugar Testa-Salto, município de Exumenau, reuniram-se em assembléa geral ordinária, devidamente convocada no "Diário n.º 170, 171 e 172, os acionistas da Companhia Têxtil Karsten representando 19.703 ações ao portador, conforme consta do livro de presença. Verificada a legitimidade dos acionistas, bem como a existência do número legal, o diretor-presidente, sr. João Karsten, abriu a reunião, designando a mim, Ralf Karsten, para secretário da mesma. Constituída assim a mesa o sr. presidente mandou que se procedesse a leitura do edital de convocação que consta do seguinte: I — Apresentação, discussão e aprovação do balanço e demais contas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 1957 e do parecer do conselho fiscal; II — eleição do conselho fiscal para o exercício de 1957-1958; III — outros assuntos de interesse social. Procedida esta leitura, o secretário fez a leitura dos documentos que se referem ao balanço encerrado em 30 de junho de c. a. e o parecer do conselho fiscal, sendo os mesmos aprovados, depois de devidamente discutidos. Passou-se então ao 2º ponto da ordem do dia: Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1957-1958. Por proposta do acionista sr. Heinz Schrader, foram reeleitos os seguintes senhores, membros efetivos: dr. José Ribeiro de Carvalho, brasileiro, casado, Acary Guimarães, brasileiro, casado, Arthur Rabe Jr., brasileiro, casado, todos residentes em Blumenau; e para suplentes: Bertoldo Neitzel, brasileiro, casado, Ralf Otte, bra-

sileiro, casado e Heinz Schwanke, brasileiro, solteiro, todos residentes em Blumenau, ficando a remuneração fixada em Cr\$ 1.000,00 por sessão e membro. Passando para o 3º ponto da ordem do dia, o sr. presidente pôs a palavra a disposição dos srs. acionistas, ocasião em que pediu e obteve a palavra o sr. Bernardo Scheidemantel manifestando o desejo que fôsse consignado em ata um voto de louvor pelo resultado obtido a todos os diretores, extensivo aos funcionários e operários; pôsto em votação a proposta do sr. Bernardo Scheidemantel, foi por todos aprovada. Em seguida o sr. presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém quisesse se manifestar, encerrou a sessão da qual, para constar, eu Ralf Karsten, secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. Blumenau, 29 de agosto de 1957. (ass.) João Karsten, Heinz Schrader, Bernardo Scheidemantel, Heinz Schrader, Bernardo Scheidemantel, Heinz Scheidemantel, Heinz Wolfgang Schrader, Lothar Schmidt, Ralf Karsten. É cópia da ata do livro de atas, fôlha 20, que conferi e datilografei. Ralf Karsten, secretário.

N. 11.209 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado em Florianópolis, 26 de setembro de 1957.
Eduardo Nicolich, secretário. (3207)

ESTRATO DOS ESTATUTOS DO "CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO"

Primeiro

O "Centro Cultural 25 de Julho" de Cunha Porã, é uma sociedade civil, de duração indeterminada que terá sua sede em Cunha Porã e fóro jurídico na comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Segundo

São órgãos de administração: A assembléa geral, a diretoria e a comissão fiscal. Ao presidente cabe representar a sociedade ativa e passivamente em juízo e fora dele.

Terceiro

Os presentes estatutos são reformáveis no todo ou em parte pela assembléa geral, presentes dois terços dos sócios.

Quarto

Os sócios não respondem pelos compromissos assumidos pelo Centro.

Quinto

O Centro poderá ser dissolvido quando reduzido à sete (7) sócios e a maioria estiver de acordo à dissolução. Dada a dissolução, o patrimônio, bens, e objetos de interesse especializado, será doado a uma sociedade de finalidades idênticas, ou mesmo a instituições beneficentes, a critério dos sócios remanescentes.

Sexto

São sócios fundadores: dr. C. B. Lena, Augusto Kaempfer, Arnaldo Koelln, Edwino Fritsch, Alfonso Schenkel, Lauro Neumann, Pastor Abílio Wagner, Ornelio Ruediger, Lauro Heydt, Arnaldo Krambeck, Armindo Arend, Reinoldo Ellwanger, Willy Hochberger, Henrique Werkhausem e Andréas Geier. Cunha Porã, 15 de setembro de 1957. Arnaldo Koelln, presidente. Edwino Fritsch, 1º vice-presidente. Alfonso Schenkel, 2º vice-presidente. Lauro Neumann, 1º secretário. Pastor A. Wagner, 2º secretário. Ornelio Ruediger, 1º tesoureiro. Lauro Heydt, 2º tesoureiro.

COMISSÃO FISCAL

Arnaldo Krambeck, Armindo Arend, Reinoldo Ellwanger. Certifico que as firmas retro de Arnaldo Koelln, Edwino Fritsch, Alfonso Schenkel, Lauro Neumann, Pastor A. Wagner, Ornelio Rüdiger, Lauro Heydt,

BEBIDAS IPIRANGA S. A.

Assembléa geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas para a assembléa geral ordinária que terá lugar, na sede social, à rua Tiradentes, sem número, nesta cidade de Joaçaba, às 10 horas do dia 30 de setembro de 1957 a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Leitura, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, contas referentes ao exercício de 1956-1957 e parecer do conselho fiscal.
- 2º — Eleição da diretoria e fixação de seus salários.
- 3º — Eleição do conselho fiscal e suplentes, e fixação dos salários.
- 4º — Assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório, da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.
Joaçaba, 24 de agosto de 1957.
Mário De Deus, diretor.
Clorindo De Deus, diretor. (3220)

MALHARIA MAJU S. A.

Assembléa geral ordinária

EDITAL DE CONVOCACAO

Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 31 de outubro do ano em curso, na sede social, às 9 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Discussão e aprovação do balanço e contas do exercício encerrado em 30 de junho de 1957.
- 2º — Eleição do conselho fiscal.
- 3º — Outros assuntos de interesse social.

Blumenau, 5 de outubro de 1957.
Cécilia Weege Lischke, diretor. (3212)

IRMAOS POLETTO S. A.

— COMERCIO E INDUSTRIA

Assembléa geral extraordinária

Ficam pelo presente, convidados os senhores acionistas, para se reunirem em assembléa geral extraordinária, no dia 23 de outubro p. vindouro, às 10 horas, na sede social, a fim de deliberarem o seguinte

- I — Exposição justificativa e proposta de aumento do capital da sociedade.
- II — Parecer do conselho fiscal.
- III — Reforma dos estatutos.
- IV — Assuntos gerais de interesse social.

Curitiba, 16 de agosto de 1957.
Guilherme Poletto, diretor.
Antônio Poletto Filho, diretor. (3208)

Arnaldo Krambeck, Armindo Arend e Reinoldo Ellwanger, acham-se reconhecidas na primeira via do presente documento. O referido é verdade e dou fé. Cunha-Porã, 15 de setembro de 1957. João José Migot, escrivão de Paz e tabelião. (3211)

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PRAÇA — BLUMENAU (S. C.)

Relação de Exportação emitidas, de 22 a 27/7/57

EXP. — 57/27

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA			Peso líquido Kgs.	VALOR EM		Pôrto de embarque	País de destino
		Quant.	Especificação	Cr\$		Moeda estrangeira			
57/125-125	União Cla. Ind. Com. de Madeiras	2.29.99	7 standards de sarrafos de pinho serrado "Brasil", com 80% de I e 20% de II qualidade	19.613	28.068,80	£	546-00-00	Itajaí	Inglaterra
126-126	Idem	2.26.99	3 standards de ripas de pinho serrado "Brasil", com 80% de I e 20% de II qualidade	8.405	12.029,50	£	234-00-00	Itajaí	Inglaterra
127-127	Idem	2.26.30	10 standards de pinho serrado "Brasil", c/80% de I 20% de II qualidade	28.018	45.239,00	£	890-00-00	Itajaí	Inglaterra
128-128	Indústria Agro-Comercial "Cassava" S. A.	5.60.50	Óleo de sassafráz	10.000	150.552,00	US\$	8.200,00	Itajaí	U. S. A.
129-129	Idem	5.60.50	Óleo de sassafráz	5.680	85.212,40	Fls.	17.636,56	Itajaí	Holanda
130-130	Ind. de Fécula Cla. Lorenz	4.78.77	Tapioca	19.958	64.627,20	US\$	3.520,00	Itajaí	U. S. A.
131-131	Idem	4.78.77	Tapioca	998	3.231,40	US\$	176,00	Itajaí	U. S. A.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Blumenau (S. C.)

Pedro Tércio de Cambraia Salles — Gerente.

Elmar R. Heineck — Contador interino.

(2731)

PRAÇA — ITAJAÍ (S. C.)

Licenças de Importação emitidas em: 17/6/57 a 23/6/57

RELAÇÃO N. 18/57

Número	IMPORTADOR	MERCADORIA			Promessa de venda de câmbio	Peso líquido Kgs.	VALOR EM		País de proced.	Pôrto de descarga	
		Quant.	Especificação	Cr\$			Moeda estrangeira				
905-57/57-57	Indústrias Têxtils Renaux S. A.	6.48.30	Lançadeiras de madeira para a ind. têxtil	4 ^a	PVC 17.046 de Fpolls.	165	18.794,78	Fr. Suíço	4.283,00	Suíça	Itajaí
56-58	Cometex S. A.	9.90.00	PINDABUNA — vigotes curtos de madeira destinados à fabricação de lançadeiras		Mercadoria em retorno c/co- bertura cambial	7.332	31.742,80	DM.	7.261,46	Alemanha	Itajaí

Itajaí (SC), 26 de junho de 1957.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajaí (S. C.)

Fernando Mesquita

Roberto Maurício Navarro Lins — Chefe de Serviço.

(2730)

PRAÇA — JOINVILLE (S. C.)

Licenças de Importação emitidas em: 22 a 27 julho de 1957

RELAÇÃO N. 57/15

Número	IMPORTADOR	MERCADORIA			Promessa de venda de câmbio	Peso líquido Kgs.	VALOR EM		País de proced.	Pôrto de descarga	
		Quant.	Especificação	Cr\$			Moeda estrangeira				
16-97/52-48	Manoel Alves dos Santos	5.13.04	72 tambores de 400 kgs. com soda cáustica sólida com 76/77% de Na 20								
			34 tambores de 180 kgs. contendo soda cáustica em escamas com 76/77% de Na 20								
			214 tambores de soda cáustica em escamas com 50 kgs. por unidade, com 76/77% Na 20	1 ^a	17.206 e 17.284 Florianópolis	45.620	94.100,00	Fr. Fr.	1.750,00	França	Itajaí

Florianópolis (SC), 28 de julho de 1957.

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Joinville (S. C.)

José de Brito Nogueira — Gerente.

Laércio Lisboa — AJ. de Serviço.

(2733)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO III

Florianópolis, 9 de outubro de 1957

NÚMERO 453

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 1.645

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o excelentíssimo senhor desembargador Hercílio João da Silva Medeiros, juiz semanário da Câmara Criminal, comigo, escrivão, abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acórdãos:

Recurso criminal n. 5.736, de Joaçaba, relator o exmo. sr. des. Belisário Ramos da Costa, recorrente Orestes Pereira da Rosa, recorrido cr. juiz de direito: "por unanimidade de votos, não conhecer do recurso. Custas pelo recorrente".

Apelação criminal n. 8.827, de Rio do Sul, relator o exmo. sr. des. Maurício da Costa Coimbra, apelante Alfredo Hoffmann, apelada a Justiça, por seu Promotor: "por conformidade de votos, dar provimento ao recurso, a fim de, anulando o processo desde a sentença, excluir-se, prosseguir-se em seus ulteriores termos, depois de citado regularmente o apelante. Custas na forma da lei".

Apelação criminal n. 8.912, de Campos Novos, relator o exmo. sr. des. Maurício da Costa Coimbra, apelante a Justiça, por seu Promotor, apelados Zulmirio e Miguel Crivilatti: "por conformidade de votos, dar provimento ao recurso, a fim de, anulando o julgamento a que foram os apelados sujeitos, mandar que a novo sejam submetidos, com observância das formalidades legais. Custas final".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 3.741

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 2ª Câmara Civil, turno público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 28 do corrente, os seguintes autos:

Agravo de petição n. 124, da comarca de Blumenau, em que é agravante Transatlântica, Cia. Nacional de Seguros e agravado Lothar Horsch. Relator o sr. dr. Trompowsky Taulois.

Agravo de petição n. 128, da comarca de Blumenau, em que é agravante Transatlântica, Cia. Nacional de Seguros e agravado Otto Manke. Relator o sr. dr. Trompowsky Taulois.

Agravo de petição n. 132, da comarca de Criciúma, em que é agravante Cia. de

Seguros Minas Brasil e agravado Pedro Espindola. Relator o sr. des. Vitor Lima. Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 5 de outubro de 1957.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário. (9.136)

Edital n. 3.742

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 1ª Câmara Civil, turno público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 31 do corrente, os seguintes autos: Apelação cível n. 4.162, da comarca de Tubarão, em que é apelante Leonor Sampaio Gomes e apelado Rubens Gomes. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, revisores os srs. des. Alves Pedrosa e Ivo Guilhon.

Apelação cível n. 4.169, da comarca de Criciúma, em que é apelante o representante do Ministério Público e são apelados Marcelino José Araújo e sua mulher. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, revisores os srs. des. Alves Pedrosa e Ivo Guilhon.

Apelação cível n. 4.260, da comarca de Florianópolis, em que é apelante a Fazenda do Estado de Santa Catarina e são apelados Nayá Gonzaga de Sampaio e seu filho menor Roberto Sampaio Sobrinho. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, revisores os srs. des. Alves Pedrosa e Ivo Guilhon (2 volumes).

Apelação cível n. 4.029, da comarca de Florianópolis, em que são apelantes e apelados Guilherme Henriqueta Furtado e Floriano Clementina de Jesus. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, revisores os srs. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega.

Apelação cível n. 4.098, da comarca de Campos Novos, em que são apelantes Ascânio Bottini e sua mulher e apelado João Henrique Caripuna de Souza e outros. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, revisores os srs. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega (3 volumes).

Apelação cível n. 3.001, da comarca de Tubarão, em que são apelantes Antônio Júlio de Medeiros e outros e apelados Francisco Tadeu Angulski e outros. Relator o sr. des. Arno Hoeschl, revisores os srs. des. Ivo Guilhon e Alves Pedrosa.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 5 de outubro de 1957.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário. (9.136)

Pauta para a sessão do dia 11 de outubro de 1957

Proc. n. 277, classe 7ª — Pedido de registro da comissão de reestruturação do diretório municipal de Florianópolis. Requerente: Partido Trabalhista Brasileiro. Relator: des. Arno Pedro Hoeschl. Secretaria do T. R. E., em Florianópolis, 7 de outubro de 1957. João Marçal, diretor interino.

RESOLUÇÃO N. 5.211

Vistos, etc. Consulta o dr. juiz eleitoral da 34ª Zona, Urussanga, sobre se a requisição de professoras somente pode ser efetuada após prévia consulta às mesmas sobre sua aceitação.

Resolve o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, responder, negativamente à consulta e isso "porque o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, é obrigatório e não interrompe o interesse de promoção dos funcionários públicos para ele requisitados" (art. 185, do Código Eleitoral).

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 24 de setembro de 1957. (Ass.) Alves Pedrosa, presidente; Arno Hoeschl, Manoel Barbosa de Lacerda, Milton da Costa, Aldo Avila da Luz, Eugênio Trompowsky Taulois Filho, Maurício Coimbra, Abelardo da Silva Gomes. (8.197)

PORTARIA N. P — 63/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão do dia seis (6) do corrente,

RESOLVE:

Nomear Otília Fraga Stepaniak, Célia Deghenart Correr, Teresa Corsini Righeto, Ana da Silva Amorim, José Vunibaldo Juncklans, Domingos Brett, Ernestina Jutel Gesser e Pedro José do Nascimento, para exercerem as funções de juizes preparadores nas localidades de Lajes, Chapadão, Três Barras, Rio Novo, Santa Clara, Rio Cachorros, Ilha Grance, Braço Esquerdo e Boa Vista, respectivamente, na 23ª Zona, Orleães.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 9 de outubro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa (Reproduzida por ter saído com erro no original). (9.132)

PORTARIA N. P — 95/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE:

Nomear José Róssio e Luiz Daros para exercerem as funções de juizes preparadores nas localidades de 4ª Linha e Rui Freitas, respectivamente, na 10ª Zona, Criciúma.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 4 de outubro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa (9.133)

PORTARIA N. P — 96/57

O desembargador Severino Nicomedes

Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, à vista da aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE:

Nomear Constâncio Anselmo de Marco para exercer as funções de juiz preparador no distrito de Coronel Passos Mala, da 18ª Zona, Joaçaba. Publique-se e comunique-se. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa (9.134)

PORTARIA N. P — 97/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE:

Dispensar Pedro de Paula e Silva das funções de juiz preparador do distrito de São Rufino, do município de Urubici, na 4ª Zona Eleitoral.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 4 de outubro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa (9.135)

PORTARIA N. P — 98/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e, tendo em vista a aprovação do Tribunal, em sessão de hoje,

RESOLVE:

Nomear para exercerem as funções de juizes preparadores os cidadãos que se seguem, na 72ª Zona Eleitoral.

Antônio Carlos Silva, para a sede do município de Araquari; Djanira Maria Silveira, para o distrito de Itapocu.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 7 de outubro de 1957. (Ass.) Severino Nicomedes Alves Pedrosa (9.196)

JUIZO ELEITORAL DA 13ª ZONA — FLORIANÓPOLIS

Edital

Waldemiro Simões de Almeida, escrivão eleitoral da 13ª Zona, na forma da lei etc.

Faz saber, a quem interessar possa, nos termos do parágrafo 5º, art. 69, da lei n. 2.550 de 25-7-955, modificação pela lei n. 2.982, de 30-11-950, que nesta data foram entregues os respectivos títulos eleitorais, aos seguintes eleitores: Edith Rodrigues dos Santos Oliveira — título n. 3.857 — Ernani T. de Souza — título n. 4.081. Nidia Paiva Quint — título n. 3.060 — Otília X. dos Santos — título n. 4.003. Antônio V. de M. Lubi — título n. 2.982. Ivo Rosa — título n. 2.649. Irineu Cecílio Alves — título n. 3.701. Evaldo Ivan Hubert — título n. 3.161. Edmundo Moreira — título n. 2.590. Mercedes Peluso — título n. 4.129. João dos Anjos — título n. 3.582. Emir Rosa — título n. 3.925. Frederico M. Júnior — título n. 4.133. Cecileia V. Ferreira — título n. 3.280. Sarandy Sarmiento — título n. 3.593. João J. Barbato — título n. 3.932. América G. da Luz Veiga — título n. 4.058. Ruth M. Kraemer — título n. 4.245. Geaciano Mansur — título n. 3.813 — América Dutra Machado — título n. 3.103. José Vieira — título n. 3.903. Florires Quinte-lia Vieira — título n. 3.904. Eugênia Cecília Valente Ferreira — título n.

4.041. Ariel de Oliveira Abreu — título n. 3.914. Carlos Zathariam — título n. 3.800. Zulma Luzia da Silveira — título n. 3.054. Do que, para constar, expedido o presente edital que será afixado no cartório eleitoral da 13ª Zona e reproduzido no "Diário da Justiça" do Estado. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e sete (7-10-57). Eu, Waldemiro Simões de Almeida, escrivão eleitoral da 13ª Zona, que fiz dactilografar e subscrevi. Waldemiro Simões de Almeida, escrivão.

(9155)

FÓRO DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DA CAPITAL

Edital de sorteio de jurados

O doutor Dalmo Bastos Silva, juiz de direito, em exercício, da segunda Vara da comarca da Capital, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber que, de conformidade com o que dispõe o artigo 59, da lei n. 654, de 4 de janeiro de 1952, no dia 12 do corrente mês, às 10,00 horas, na sala das audiências deste Juízo, à Praça XV de Novembro, n. 12, procederá o sorteio dos vinte e um jurados que deverão servir na quarta sessão do corrente ano do Tribunal do Júri desta comarca. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou passar o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, em o Cartório do Crime, aos três dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, Orlando Nicolich Chaplin, ajudante de escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais, que o dactilografar e subscrevi. (Ass.) Dalmo Bastos Silva, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício. Confere com o original, que foi afixado à porta do Cartório do Crime, em 3 de outubro de 1957. O ajudante de escrivão: Orlando Nicolich Chaplin.

(9117)

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Carlos Momm e Celita Laura de Souza, solteiros, domiciliados e residentes nesta Capital, naturais deste Estado. Ele pintor, nascido nesta Capital, filho de Conrado Antônio Momm e Argentina Carolina Momm. Ela, doméstica, nascida em Estreito, filha de Manoel Eduardo de Souza e Antônia Gonçalves de Souza. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 7 de outubro de 1957. Fernando Campos de Faria, oficial.

(9146)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Generoso Manoel da Silveira e Ondina Schwinden, domiciliados e residentes nesta Capital, naturais deste Estado. Ele, viúvo, funcionário estadual, nascido em Lagoa, filho de Manoel Francisco da Silveira e Benta Maria da Silveira. Ela, solteira, doméstica, nascida em Sul do Rio, filha de Hugo Antônio Schwinden e Jesuina Maria Schwinden.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 7 de outubro de 1957. Maria de Lourdes Caldas, pelo oficial.

(3209)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Wilmar Domingos de Andrade e Herondina dos Reis. Solteiros, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, comerciário, nascido nesta Capital, filho de Waldemar Domingos de Andrade e Baselcia Alves de Andrade. Ela, doméstica, nascida em Guaporanga, filha de Manoel José dos Reis e Rosa Virginia de Souza.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 10 de setembro de 1957.

Maria de Lourdes Caldas, pelo oficial.

(3218)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: José Bartolomeu de Jesus e Rosa Francisca da Silva, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, filho de José Manoel de Jesus e Maria Paulina de Jesus. Ela, doméstica, filha de Manoel Luiz da Silva e Francisca Rosa da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Estreito, 7 de outubro de 1957.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(3223)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ivan Cardoso da Silva e Enequina Silva Lima, ambos solteiros, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, militar, natural do Estado de Amazonas, filho de Enéas de Magalhães e Silva e Amélia Cardoso da Silva. Ela, doméstica, natural do Estado de Alagoas, filha de Manoel Zezinho Lima e Maria Lima.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Estreito, 3 de outubro de 1957.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(3214)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: José Cardoso e Ivone Isaltina Moreira, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, operário, filho de Emídio Benevenuto Cardoso e Alice Cardoso. Ela, doméstica, filha de Hilário José Moreira e Isaltina Maria Moreira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Estreito, 7 de outubro de 1957.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(3215)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Deolindo Severo da Cunha e Izolette Maria da Silva, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-distrito do município de Florianópolis. Ele, funcionário público estadual, filho de Severo Lino da Cunha e Maria da Cunha. Ela, doméstica, filha de Tibúrcio Cipriano da Silva e Maria Tibúrcia da Silva.

(3217)

— Ernani Assis e Solange da Costa Dias, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-distrito do município de Florianópolis. Ele, motorista, filho de Tomaz Custódio de Assis e Francisca de

Assis. Ela, doméstica, filha de Álvaro José Dias e Maurícia da Costa Dias. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Saco dos Limões, 4 de outubro de 1957.

Plácido Sérgio Alves, oficial.

(3216)

JUIZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAJAÍ

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem, ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de João Batista de Andrade, por intermédio de seu assistente judiciário, dr. Moacyr Werner, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Itajaí: João Batista de Andrade, brasileiro, maior, trabalhador braçal, por intermédio de seu assistente judiciário, dr. Moacyr Werner, advogado inscrito na O. A. B., Seção de Santa Catarina, sob o n. 899, vem pela presente, expor e requerer a v. excia. o seguinte: I — Que sua mãe Mercedes Maria Luiza da Silva, viveu em concubinato durante vários anos, nesta cidade, com Pergentino Salvador da Silva, tendo posteriormente contraído núpcias com o mesmo em 10 de abril do corrente ano, conforme faz prova a certidão anexa. II — Que dessa união resultou o nascimento do suplicante, João Batista de Andrade, em 24 de junho de 1928, conforme certidão de nascimento. III — Que sua mãe sempre se conservou fiel ao amasão, jamais faltando com os compromissos morais assumidos, tanto é verdade que veio a casar-se posteriormente com o mesmo. IV — Que seu pai faleceu em 3 de julho do corrente ano, conforme faz prova a certidão de óbito. V — Que, sendo a ação de investigação de paternidade interessada dos filhos, só os mesmos poderão intentá-la. VI — Que a presente ação de investigação de paternidade, tem justo e real interesse, pois preenche todas as formalidades necessárias. VII — Que baseado no art. 363, n. I, do Código Civil, vem propor a presente ação ordinária de investigação de paternidade, contra os herdeiros do falecido pai natural, pedindo a citação por edital destes, por mandado o representante do Ministério Público, sob pena de revelia, para o fim de ser declarado, por sentença o reconhecimento de sua filiação. Termos em que, espera deferimento. Itajaí, 10 de setembro de 1957. (Ass.) Moacyr Werner, a judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: A., à conclusão. Em 10-9-57. (Ass.) Arêas Horn. Subindo os autos à conclusão, foi a seguir proferido o seguinte despacho: Citem-se, por editais, com o prazo de trinta dias, por três vezes no "Diário Oficial do Estado", os herdeiros incertos, e, por mandado o dr. Promotor Público. Em 12-9-57. (Ass.) Arêas Horn. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 19 dias do mês de setembro de 1957. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(3-3)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JOAÇABA

Edital

O doutor Nelson Konrad, juiz de direito da comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêle conhecimento tiverem, que está se processando por este Juízo o cartório de escrivão que este subscreve. Os termos de arrolamento dos bens deixados por falecimento de Henriques Monfrol, e tendo a arrolante Antonieta Perinotte Monfrol, descrito, entre outros herdeiros, a de nome Amélia Monfrol, solteira e maior, residente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, cita e chama-a a comparecer neste Juízo, por si ou por procurador legalmente habilitado, no prazo de trinta (30) dias, a contar da primeira publicação deste edital, para falar aos termos do referido inventário, sob as penas da lei. E, para que chegue ao seu conhecimento, bem como de todos os interessados, mandou passar o presente edital, que será afixado no lugar do costume e publicado no "Diário Oficial", por uma vez e no jornal local "Tribuna Livre", por duas vezes, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Joaçaba, aos vinte e cinco (25) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Eu, Pedro Granzotto, escrivão, o dactilografar e subscrevi. Selos afinal. (Ass.) Nelson Konrad, juiz de direito. Confere com o original, ao qual me reporto e dou fé. Joaçaba, 25 de setembro de 1957. Pedro Granzotto, escrivão.

(3183)

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Edital

Olívio Nóbrega, oficial do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas, da 2ª Circunscrição da comarca de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faço saber a quem interessar possa, que, de acordo com o decreto-lei federal n. 58, de 10 de dezembro de 1937, a Sociedade Imobiliária, Agrícola e Pastoral Ltda., com escritório na cidade de Joinville neste Estado à rua São Paulo, n. 902, por seu diretor Dorico Paese, depositou em meu cartório o memorial e demais documentos referentes ao imóvel denominado "Baleário Itapoá" situado no lugar "Itapoá", do distrito de Sai, zona rural deste município, dividido em lotes à venda em prestações, exigidos pelo citado decreto-lei em seu art. 1º, n. 1, letras A, B e C e números II, III e IV, e art. 1º das Disposições Transitórias, para que, decorrido o prazo da lei, seja efetuado o competente registro instituído pelo mencionado decreto-lei, regulamentado pelo decreto n. 3.079, de 15 de setembro de 1938. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expedido, nos termos do art. 2º, do mencionado decreto n. 58, o presente edital que será afixado à porta do edifício do Fórum desta cidade e os demais para serem publicados três (3) vezes por espaço de dez (10) dias, no "Diário da Justiça" do Estado, em Florianópolis e no "Jornal de Joinville", editado na vizinha cidade do mesmo nome. Dado e passado nesta cidade de São Francisco do Sul, aos 13 de setembro de 1957. Eu, Olívio Nóbrega, oficial do Registro, o subscrevi e assino. São Francisco do Sul, 13 de setembro de 1957. Olívio Nóbrega, oficial do Registro da 2ª Circunscrição.

(3-3)

(3073)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XI

Florianópolis, 9 de outubro de 1957

NÚMERO 335

TERCEIRA LEGISLATURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE
PAULO KONDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE
GIODORICO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE
LIVADARIO NOBREGA

1º SECRETARIO
VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETARIO
ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE
MARIO OLINGER

JOAO CARUSO MAC DONALD

LIDER DO GOVERNO

LAERTE RAMOS VIEIRA

LIDERES PARTIDARIOS

U. D. N.

Líder: Geraldo Mariano Günther.
Vice-líder: Romeu Sebastião Neves.

P. S. D.

Líder: Lenoir Vargas Ferreira.
Vice-líder: Antônio Gomes de Almeida.

P. T. B.

Líder: Olívia Pedra de Caldas.
Vice-líder: Braz Joaquim Alves.

P. R. P.

Líder: Livadário Nobrega.

P. S. P.

Líder: Enory Teixeira Pinto.

P. D. C.

Líder: José Henrique Ramos da Luz.

PROJETO DE LEI N. 146/57

Estado de Santa Catarina.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 23 de agosto de 1957.
OF. N. 1.048.

Senhor presidente,
Dando cumprimento ao que preceitua o artigo 36, da Constituição do Estado, tenho a honra de passar às mãos de vossa excelência, a proposta orçamentária para o exercício de 1958, cujo total montou em Cr\$ 1.640.595.000,00.

A proposta em apreço apresenta, sobre o orçamento do cor-

rente exercício, um aumento de Cr\$ 280.135.530,00, ou sejam 20,5%.

Convém ressaltar que a maior parte desse acréscimo refere-se ao aumento de funcionalismo, decorrente da lei n. 1.629, de 22 de dezembro de 1956, aumento da Magistratura, consoante a lei n. 1.695, de 8 do corrente, aumento dos Professores diaristas, de acordo com o decreto n. 313, de 29 de julho de 1957, afora outros encargos assumidos pelo Estado nos diversos setores da Administração Pública.

Observando-se a determinação referente a lei n. 1.430, de 27 de janeiro de 1956, foi consignada a quantia de Cr\$ 21.305.130,00, para atender o "deficit" da Usina de Beneficiamento do Leite, que representa um aumento de Cr\$ 8.350.440,00, sobre a dotação do orçamento de 1957.

A dotação relativa ao Plano de Obras e Equipamentos (POE) também sofreu considerável aumento, pois que, de Cr\$ 190.000.000,00, passou para Cr\$ 230.000.000,00.

As despesas com aquisição de veículos de qualquer espécie, máquinas, móveis e utensílios, correrão à conta da Secretaria da Fazenda, sob o título "Encargos Gerais do Estado", por onde serão atendidas todas as unidades administrativas e quando se julgar de necessidade inadiável.

Na presente proposta foi adotado novo modelo que visa a aperfeiçoar e enquadrar o orçamento do Estado dentro de nova técnica orçamentária, cujo padrão se aproxima ao que atualmente está em uso na esfera federal.

Esses os fatos de maior relevância, que me cumpre ressaltar, em torno da proposta orçamentária para o exercício de 1958.

Ao encaminhar, dentro do prazo constitucional, esse importante diploma legal, a fim de ser submetido à douta apreciação dos nobres e ilustres representantes do povo catarinense, apresento a vossa excelência protestos da minha mais alta estima e distinta consideração.

(a.) Jorge Lacerda, Governador.
A sua excelência o senhor deputado Ruy Hülse, Digníssimo presidente da Assembleia Legislativa — Nesta.

PROJETO DE LEI N. 146/57

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1958

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembleia Legislativa decreta eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — O orçamento geral do Estado de Santa Catarina para o exercício de 1958, estima a Receita e fixa a Despesa em um bilhão seiscentos e quarenta milhões quinhentos e noventa e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 1.640.595.000,00).

Art. 2º — A Receita, conforme anexo I, será realizada com o produto do que for arrecadado, sob os seguintes títulos e subtítulos:

I — RECEITA ORDINARIA

a) — Receita Tributária
Impostos ..... Cr\$ 1.359.500.000,00
Taxas ..... Cr\$ 20.120.000,00 1.379.620.000,00

b) — Receita Patrimonial 1.925.000,00
c) — Receita Industrial 11.150.000,00

1.392.695.000,00

II — Receita Extraordinária 247.900.000,00

1.640.595.000,00

Art. 3º — A Despesa, discriminada em anexos, distribuir-se-á pelos seguintes órgãos:

Poder Legislativo 30.340.938,00
Tribunal de Contas 9.959.800,00
Governo do Estado 10.683.584,00
Órgãos autônomos 253.548.704,00
Secretaria da Agricultura 96.106.442,00
Secretaria da Educação e Cultura 310.022.840,00
Secretaria da Fazenda 388.492.555,00
Secretaria do Interior e Justiça 47.135.324,00
Secretaria da Saúde e Assistência Social 110.620.560,00
Secretaria da Segurança Pública 113.422.898,00
Secretaria da Viação e Obras Públicas 236.357.525,00
Poder Judiciário 33.993.830,00

1.640.595.000,00

Art. 4º — Fazem parte integrante da presente lei os anexos que a acompanham especificando a Receita e discriminando a Despesa, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º — O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares e a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, resgatáveis dentro do próprio exercício.

A Secretaria da Fazenda assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E CONTAS DO ESTADO

Sr. presidente.

Em separado e datilografado segue o parecer à proposta orçamentária para 1958.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1957.

(a.) Lenoir Vargas Ferreira, relator.

PARECER — PROPOSTA ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 1958

É apresentada ao Poder Legislativo, na forma do disposto no art. 52, item IV, da Constituição do Estado, pelo sr. Governador do Estado a proposta orçamentária para o exercício de 1958.

Em obediência à Carta Estadual, foi a referida proposta enviada e recebida pela Assembleia dia 31 de agosto, último dia do prazo constitucional e, por certo, foi elaborada sob a imediata orientação e supervisão do sr. Governador do Estado, como deseja a lei.

Na sucinta mensagem governamental, introdutória da proposta, destacou o Chefe do Poder Executivo os fatos, a seu juízo, mais notórios na elaboração da lei de meios, para 1953.

Da forma

No seu aspecto puramente técnico, a proposta orçamentária para o exercício de 1958, apresenta uma série de inovações, a começar pelos códigos respectivos, estendendo-se às denominações, dadas às rubricas, às verbas, às consignações e às sub-consignações, bem como, a uma nova conceituação que certas dotações passam a ter.

Procurou o Executivo, no seu dizer "aperfeiçoar e enquadrar o Orçamento do Estado dentro da nova técnica orçamentária, cujo padrão se aproxima do que atualmente está em uso na esfera federal".

Por certo, esta adaptação não poderia fugir aos dispositivos constitucionais catarinenses, nem as leis anteriores a propos-

ta e que devem ser respeitadas.

Para exemplificar, lembramos que as importâncias recebidas pelos deputados, a título de "jetons", figuram na proposta do exercício passado como "Diárias", na atual proposta, desaparecida a rubrica de "Diárias", surge uma outra que, me parece destinada a atender à mesma finalidade, sob a denominação de "gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva". Ora, o "jeton" do deputado não é "gratificação", Constitui, pela lei n. 176, de 29 de outubro de 1954, "a parte variável do subsídio. Sendo parte variável, não deixa de ser subsidi-

Por outro lado, as disposições do Código de Contabilidade da União não foram respeitadas, relativamente aos anexos, digamos, de desdobramento da despesa e da receita. Se esses anexos explicativos acompanhassem a proposta orçamentária, os membros do Poder Legislativo teriam uma visão mais detalhada e mais positiva dos rumos que nortearam a elaboração do documento sugerido pelo Poder Executivo, como Orçamento para 1958.

Nas rubricas de pessoal fixo e pessoal variável, de cada serviço, encontramos, apenas, verbas globais, permanecendo desconhecido o número de servidores públicos, desta ou daquela categoria funcional. Imagina-se que, a discriminação, ou um anexo, contendo funções e número do pessoal variável a serviço do Estado no atual Governo, fôsse uma tarefa impossível, tal deve ser o seu elevado número e maneira pouco cautelosa com que tem sido admitido. Mas, com re-

lação ao pessoal fixo este controle e confusão, não é possível esteja acontecendo. A discriminação dos cargos e funções deveria acompanhar o orçamento sob a forma de proposta apresentada pelo Executivo. Teria a virtude de permitir ao próprio Chefe do Poder Executivo uma visão do número crescente de cargos e funções permanentes que, na sua administração tem sido acrescentado ao Quadro Único do Estado.

Como no ano anterior, muitos elementos sugeridos pelo Código de Contabilidade da União, e de boa praxe orçamentária, não acompanham a proposta governamental. Lembraremos, para exemplificar, aqueles comparativos entre a execução orçamentária dos anos anteriores que pudessem validar um índice técnico para a previsão atual.

Porque, o sr. Governador prevê a percentagem tal de aumento na arrecadação dos diferentes tributos do Estado para 1958?

Não está explicado na mensagem, nem existem índices técnicos apensos à proposta que permitam à Assembléia decifrar esses desígnios do Executivo.

Porque, entende o Chefe do Poder Executivo que o Imposto do Selo, a Taxa de Saúde, as Taxas Judiciárias, a Taxa de aposentadoria e pensões dos serventários da justiça, comportam uma previsão de receita duas vezes superior à previsão de 1957? E o imposto de Vendas e Consignações porque, foi prevista uma arrecadação de mais Cr\$ 162.450.000,00 sobre o previsto para o ano em curso?

Nada na mensagem, nada nos anexos, nada sobre o andamento da arrecadação dos diferentes tributos dos anos anteriores que enseje ao Legislativo, uma aferição dos juízos que nortearam a elaboração da proposta.

Bem verdade que, ao fim da página dedicada ao índice geral estão referidos os seguintes títulos: — Demonstração da Receita pela incidência. Demonstração da Despesa por elementos, em cada órgão administrativo. Resumo da Despesa empenhada até 31 de dezembro de 1956 — Demonstração da Despesa pelos seus elementos em cada serviço Demonstração da despesa por serviço em cada órgão administrativo. Porém, estes cinco demonstrativos, dados no índice como constituindo peças independentes, não acompanham e não se encontram apensos, nem ao ante-Projeto, nem no volume dos anexos da Proposta Orçamentária.

Há uma relação da Diretoria de Obras Públicas, especificando o programa para 1958, a respeito de "Construções, ampliações e restaurações de Edifícios Públicos". Trata-se de uma reprodução reduzida de uma especificação semelhante já constante do Orçamento vigente, da qual, foram suprimidas diversas obras que estavam programadas para o ano presente e, como não foram iniciadas neste exercício, também não o serão no exercício vindouro. A reconstrução do Miramar de Florianópolis parece ser um exemplo. Devo dizer que esta relação programa surpreende, de início, por fatos como o dos serviços de saúde no município de Chapecó do orçamento atual consta a construção de um Centro de Saúde. Na relação-programa, do ano que vem, fala-se em posto de saúde. Evidentemente há um equívoco, como equivocada está a relação quando menciona o

município de Descanso, como ainda pertencente a Mondai. Todo o Estado sabe que Descanso já é município desde o ano passado. Em certos casos, apresenta a nova codificação e distribuição das rubricas orçamentárias vantagens sobre a modalidade anterior. Deve-se, porém, ajustá-la às peculiaridades das nossas leis e fazer acompanhar de outros anexos detalhados para que o Orçamento venha a ser um programa de Governo e um documento onde se possa encontrar, efetivamente, discriminada a Receita e, detalhada, a forma de aplicação dos dinheiros públicos, seja com o pessoal, seja com obras, seja com serviços de terceiros, enfim sejam

Esta é a nossa competência e, a nossa limitação. A previsão da Receita está assim distribuída:

I — RECEITA ORDINÁRIA

a) — Receita Tributária			
Impostos	Cr\$	1.359.500.000,00	
Taxas	Cr\$	20.120.000,00	1.379.620.000,00
b) — Receita Patrimonial		1.925.000,00	
c) — Receita Industrial		11.150.000,00	

II — Receita Extraordinária .....

1.392.695.000,00
247.900.000,00

1.640.595.000,00

A despesa fixada pela proposta está distribuída da seguinte forma:

Poder Legislativo	30.340.938,00
Tribunal de Contas	9.959.800,00
Governo do Estado (Gabinete do Governo)	10.683.584,00
Órgãos autônomos	253.458.704,00
Secretaria da Agricultura	96.106.442,00
Secretaria da Educação e Cultura	310.022.840,00
Secretaria da Fazenda	388.492.555,00
Secretaria do Interior e Justiça	47.135.324,00
Secretaria da Saúde e Assistência Social	110.620.560,00
Secretaria da Segurança Pública	113.422.898,00
Secretaria da Viação e Obras Públicas	236.357.525,00
Poder Judiciário	33.993.830,00

1.640.595.000,00

Constata-se tomando em comparação o decretado orçamento do corrente exercício, que os aumentos de previsão propostos pelo Chefe do Poder Executivo são os seguintes:

Na Receita, previsão de aumento sobre a proposta de 1957 num montante — entre taxas, impostos, patrimonial e industrial de Cr\$ 280.135.530,00.

Na despesa fixada os aumentos estão previstos, nos três poderes em:

Poder Legislativo	Cr\$	8.128.069,10
Tribunal de Contas	Cr\$	904.760,00
Poder Executivo	Cr\$	270.299.134,30
Poder Judiciário	Cr\$	803.566,80

Cr\$ 280.135.530,20

Ei-las, para conhecimento dos membros desta Comissão de Finanças:

Despesas miúdas e de pronto pagamento	Cr\$	100.000,00
Festividades, recepções, homenagens, hospedagens ..	Cr\$	600.000,00
Amparo a realização de espetáculos teatrais, concêr-		
tos musicais, exhibições cinematográficas, trans-		
missões radiofônicas, espetáculos de caridade		
que apresentem valor cultural ou educativo.		
Auxílio a viagens, excursões, congressos e competi-		
ções estudantis	Cr\$	350.000,00
Serviços de assistência social.		
a) Despesas com serviços de assistência social, in-		
clusive fornecimento aos reconhecidamente ne-		
cessitados, de roupas, medicamentos, assistência		
hospitalar e socorro financeiro	Cr\$	350.000,00
b) Programas e trabalhos específicos:		
a) despesas de qualquer natureza com manutenção		
e funcionamento dos Palácios do Governo e Res-		
idencial	Cr\$	600.000,00
b) Contribuições a instituições de caridade, colé-		
gios, orfanatos, hospitais, sociedades filantró-		
picas e associações	Cr\$	600.000,00

Cr\$ 2.600.000,00

E, mais adiante, vê-se a antiga rubrica eventuais .. 1.500.000,00

Entendemos que, nas especificações acima poder-se-iam enquadrar quase todos os casos para os quais se destinam os dinheiros das dotações "eventuais".

A título de exemplo, de situações que permaneceram iguais à proposta em 1957, e deveriam ser apresentadas por forma diversa, citaremos, apenas, algumas das Secretarias de Estado. Pela proposta orçamentária não se fica sabendo quais os vencimentos desta ou daquela função pública, nem qual o número de servidores deste ou daquele serviço ou repartição, inclusive dos senhores Secretários de Estado, já que as verbas de pessoal estão englobadas, não havendo anexos explicativos.

que título for. A própria Constituição fala da parte variável da despesa, acrescentando que está "Obedecerá à rigorosa especialização."

Os números globais
Em números globais a Receita para 1958, é prevista no total de Cr\$ 1.640.595.000,00 (um bilhão seiscentos e quarenta milhões quinhentos e noventa e cinco mil cruzeiros). Em quantia idêntica é fixada a Despesa.

Pela nossa Constituição, entre as atribuições da Assembléia Legislativa se encontra a do art. 21, item II, que diz: "— orçar, anualmente a Receita do Estado e fixar-lhe a Despesa, sem lhes aumentar, contudo, a proposta global."

e, a nossa limitação.

A previsão da Receita está assim distribuída:

Verifica-se, ser na área do Executivo a previsão da maior despesa... para 1958. Estranha-se, a referência, na Mensagem do sr. Governador, a respeito da repercussão orçamentária do aumento da magistratura, quando na previsão sugerida à Assembléia, por s. excia. o crescimento das despesas do Judiciário não atingem a um milhão de cruzeiros. Somente o aumento da representação do Governador do Estado, proposta na parte da Despesa do Governo do Estado é maior do que todo o aumento previsto para a magistratura! Teremos chegado a uma conclusão errônea ou a proposta não espelha a realidade?

Novos critérios

Nesta rápida visão da proposta orçamentária verificamos a adoção de alguns critérios novos que, nos pareceram, excessivamente arrojados e, a não modificação de outros que, tudo aconselhava, fossem apresentados sob nova forma, pelo Chefe do Poder Executivo.

Para exemplificar — pois não é possível neste parecer detalhar toda a proposta — citarei a dotação do anexo quatro (4) — Poder Executivo — do Governo do Estado — Verba 1.0.00 — Custeio — Consignação 1.1.00 — Código Local 1.1.01, sob a seguinte rubrica:

b) — representação do Governador — Cr\$ 1.049.600,00.

Como não existe outra consignação de representação ao sr. Governador, nem verba semelhante, afóra a de "Eventuais" devidamente inscrita em outro Código, num total de ..... Cr\$ 1.500.000,00, somente poderemos considerar a Verba de .. Cr\$ 1.049.000,00, como substituindo a verba do orçamento anterior na importância de ..... Cr\$ 60.000,00, estabelecida na lei n. 233, de 5-11-1955, lei esta, elaborada ex-vi do art. 49, da Constituição do Estado.

A elevação da representação do Governador de Cr\$ 60.000,00, para Cr\$ 1.049.000,00, pela forma como é proposta parece-me discutível. Sendo despesa fixa deverá ser prevista em lei anterior ao orçamento. Esse, é um exemplo de uma inovação, da proposta orçamentária, discutível ou, o que parece mais razoável, um equívoco. Mesmo porque, dividindo-se por doze meses essa representação teríamos a importância de ..... Cr\$ 87.300,00 mensais, os quais, somados aos subsídios de ..... Cr\$ 25.000,00, fariam um ordenado mensal ao sr. Governador de Cr\$ 112.300,00. Parece-nos que ao menos, os Cr\$ 300,00, por ser fração de mil, poderiam ser dispensados.

Consigna a proposta orçamentária sugerida pelo Chefe do Poder Executivo, para o Gabinete do Governador uma série de rubrica, na sua grande totalidade rivais da rubrica de "Eventuais" (com ..... Cr\$ 1.500.000,00), e que deixará a esta quase sem aplicação.

O que chama a atenção, para quem acompanhou o debate em torno do aumento de vencimentos da magistratura catarinense, bem como, a mensagem que capeou aquele projeto de lei, é o fato de consignar, ainda, a proposta para 1958, uma rubrica de Cr\$ 120.000,00, para "eventuais" aos gabinetes dos srs. Secretários de Estado, bem como, uma verba específica para "Diárias". Mas, se o próprio Executivo, na ação em que foi réu, transigiu, dando a entender que não estava segundo do direito do Estado, como, agora, propõe a continuidade de uma situação que, a nosso ver, ensinará novo rea-

juste de vencimentos na parte da magistratura? Da disposição constitucional vigente pode-se muito bem inferir que o direito de equiparação dos srs. Desembargadores existe desde o momento que a verba — de eventuais digamos — se consigna no orçamento à disposição do Secretário de Estado, sendo desnecessário o exame de como será esta verba, por parte do referido Secretário, empregada, ou, mesmo, não empregada. Mas, vamos ficar por aqui quanto a detalhes, sob pena de entrarmos em assunto que será oportunamente debatido, caso, este ano, o Orçamento venha a ser submetido a apreciação do Poder Legislativo para discussão e votação.

O art. 5º do ante-projeto
Tem sido este artigo 5º a vara de condão, com a qual tudo fica sendo possível ao Executivo em matéria de créditos suplementares e operações de crédito. Os que se apegam à maneira indiscriminada como vem sendo abertos créditos suplementares pelo Poder Executivo, a ponto de serem suplementadas verbas em 10 e mais vezes o valor da consignação orçamentária, pensam que este art. 5º pela forma como vem sendo redigido está acobertado pela disposição constitucional, do § 1º, item I do art. 35, da Constituição do Estado.

Esquecem que, este item, deverá ser entendido em consonância com o art. 37, da mesma Constituição. Por isso deveria o art. 5º, consignar um limite já que o Executivo não se cinge às normas de contabilidade pública, conselheiras de que as suplementações não sejam superiores à rubrica orçamentária respectiva.

Finalmente

Resumindo, a grosso modo, dentro do prazo que dispomos, a proposta orçamentária para 1958, espelha o sentido administrativo que o atual Governador vem imprimindo à sua administração. Fartas verbas para pessoal, especialmente pessoal variável, o que prognostica número crescente de novos funcionários, embora não se possa saber, pela proposta, o número exato dos atuais servidores, nem a lotação em cada setor da atividade pública. Diversas verbas globais para aplicação sobre o critério pessoal dos chefes graduados da política administrativa do Executivo.

Excluído o Plano de Obras e Equipamentos, cujas dotações serão reforçadas substancialmente, face ao crescimento da arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações, nada de característico ou de substancial se apresenta para realizações no ano vindouro, pelo menos, que se possa aferir dos dados enviados com a mensagem da proposta orçamentária.

É claro que, com a renda de Cr\$ 1.640.595.000,00, muito poderá ser feito.

O projeto de lei

Diz o Regimento Interno da Assembléia no seu art. 89: "Recebida a proposta do orçamento, será imediatamente remetida, independentemente de leitura, à Comissão de Finanças, para transformá-la em projeto e dar parecer."

O parecer sobre a proposta, de uma forma geral é o que ora apresentamos. Para facilitar o estudo e elaboração do Orçamento pela Assembléia, embora as considerações e críticas formuladas à proposta, bem como,

as restrições e outros dispositivos da mesma, sou de parecer, finalmente, que se adotado como projeto de lei da Comissão a proposta do Executivo, quer na parte do ante-projeto quer na parte dos anexos, que devem fazer parte do Orçamento, quando transformado em lei.

Esta é a maneira tradicional da Assembléia proceder e não vemos razão para deixar de agir pela mesma forma dos anos anteriores em que a Comissão de Finanças transformou em projeto de Lei Orçamentária a proposta enviada pelo Executivo.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo da douta Comissão. Sala das Sessões, 9-9-57.

(a.) **Lenoir Vargas Ferreira.**
PARECER

A Comissão por unanimidade de votos, resolveu aprovar o presente parecer.

Sala das Comissões, em 9 de setembro de 1957.

(aa.) **Ivo Silveira**, presidente da Comissão. **João Colodel**, **Lauro Locks**, **Heitor de Alencar Guimarães**, **Lenoir Vargas Ferreira**.

A publicação. Em, 14-9-1957.

(a.) **Volney Colaço de Oliveira**, 1º secretário.

Recebido e providenciado a publicação.

Em, 17 de setembro de 1957.

Ruth Valente, diretora em exercício.

102ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1956, AS 14 HORAS

(Continuação do número anterior)

foi praticado um grande escândalo administrativo.

O sr. ESTIVALET PIRES — Devo dizer e com isso respondo o aparte de v. excia., que se v. excia. notou em mim...

O sr. Luiz de Souza — Devo declarar a v. excia. que empreguei a palavra "cenhos" e não "ceios" (Risos).

O sr. Estivalet Pires — Eu retiro, então, aquela declaração que fiz anteriormente.

O sr. Luiz de Souza — Eu seria incapaz de fazer tal confusão com v. excia.

(Risos)

O SR. ESTIVALET PIRES — Não posso admitir a estranheza de meu ilustre colega deputado Luiz de Souza, que vê em mim qualquer estardalhaço neste sentido.

Ninguém mais acredito, nesta Casa, com o direito de levantar sua voz, do que eu que, tão logo foi sancionada essa lei, houve por bem advertir o plenário desta Casa do erro que estava cometendo o sr. Governador do Estado.

Agora, que deparo com a promulgação de uma lei idêntica, quem mais autorizado, dentro desta Assembléia Legislativa, que não aquele modesto representante do povo que pela primeira vez, levantou sua voz para criticar um ato do Poder Legislativo. Convido os nobres colegas para analisarmos esses dois atos, frente aos princípios constitucionais e aos princípios legais que regem a matéria. Espero que seja combatido esse meu ponto de vista, pois então terei oportunidade para voltar à esta tribuna e mostrar o acerto do ponto de vista que defendo.

O sr. Tupy Barreto — Seria injusto de nossa parte negar essa oportunidade a v. excia. de fazer um belo discurso.

O SR. ESTIVALET PIRES — Quando, nesta Casa, algum deputado interpreta o acerto de uma decisão, face a um dispositivo constitucional, não se concebe que esse representante do povo esteja na tribuna fazendo farol. Parol se faz em outras oportunidades, quando se encaminha a discussão de um projeto que declara de utilidade pública certas e determinadas entidades.

O sr. Laerte Vieira — Entendo que, sendo fiel ao início da oração de v. excia., a tese por v. excia. esposada teve início num officio dirigido a esta Assembléia pelo então governador Irineu Bornhausen, e que v. excia. como bom aluno aprendeu, e hoje nesta tribuna ensina que a Assembléia errou, enviando a lei à sanção.

O SR. ESTIVALET PIRES — Devo responder o aparte do ilustre líder da UDN, e em respondendo, devo frisar, que não aceitei e não posso aceitar, já pela minha formação intelectual quaisquer lições de direito do ex-governador Irineu Bornhausen.

Se assumi a tribuna desta Casa comentando o ato errado de s. excia., o senhor governador do Estado, foi em face das convicções do texto constitucional, pois que para mim não aconteceu o que ocorre com os parlamentares da situação que tem a palavra de s. excia. como um "tabu" e que impressionava como impressiona.

O sr. Osni Réis — V. excia. foi taxado de aproveitar a ocasião para fazer demagogia, mas a verdade é que quando v. excia. criticou o ato do sr. Governador, razões não lhe faltavam e o líder da UDN defendia o acerto do ato do Chefe do Executivo.

O sr. João Colodel — V. excia. concede um aparte?

O SR. ESTIVALET PIRES — V. excia. tem o aparte.

O sr. João Colodel — Desejo congratular-me com v. excia. pela maneira brilhante como está defendendo as prerrogativas deste Poder.

O sr. Miranda Ramos — V. excia. me permite um aparte?

(O sr. presidente faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — Advirto ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para concluir suas considerações em torno do assunto, visto que há mais oradores inscritos para falar à Hora do Expediente.

O SR. ESTIVALET PIRES — Agradecido a v. excia.

Com o aparte o sr. deputado Miranda Ramos.

O sr. Miranda Ramos — Desejo lembrar a v. excia. para fazer comparação entre as duas datas em que as leis foram promulgadas.

O SR. ESTIVALET PIRES — Bastante oportuno, excelência, esse seu aparte.

Quero, na oportunidade convidar os srs. deputados, convidar, em especial ao sr. deputado Tupy Barreto, para observar, para comparar as datas da promulgação dessas duas leis.

A lei n. 253, de 29 de agosto de 1956 — cria o município de Santo Amaro da Imperatriz, publicada no Diário Oficial do dia 9 de outubro do corrente ano, no seu artigo 5º diz o seguinte: "Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de agosto de 1956.

(a.) **Paulo Konder Bornhausen**, presidente.

A lei 1.504, publicada no dia 6 de setembro do corrente ano diz o seguinte em seu artigo 5º: "Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário".

Deparamos, srs. deputados, com duas leis distintas publicadas em datas diferentes e com idênticos objetivos.

É de se acreditar que o presidente da Assembléia Legislativa promulgou a lei que criou o município de Santo Amaro da Imperatriz por entender que a sanção efetuada pelo sr. Governador do Estado está errada e portanto nula. Uma foi publicada em 6 de setembro, outra em 9 de outubro. Pergunto eu: Qual a lei, dessas duas, que está em vigor?

O sr. Ivo Silveira — V. excia. me permite um aparte?

O SR. ESTIVALET PIRES — Tem v. excia. o aparte.

O sr. Ivo Silveira — Estou plenamente de acordo com v. excia. Quer dizer então que o sr. Prefeito da Palhoça tinha razão.

O SR. ESTIVALET PIRES — Perfeitamente, excelência. Tanto tinha razão que o sr. presidente da Assembléia Legislativa, reconhecendo errado o ato, do sr. Governador do Estado, houve por bem promulgar a lei, a fim de evitar uma representação ao Supremo Tribunal de Justiça.

Com esse erro cometido pelo sr. Governador do Estado e como s. excia. não podia ter cometido este erro, eu assomei à tribuna, desta Casa, para criticá-lo, dizendo que s. excia. estava errado, que sancionou uma lei que não era da sua competência.

Era, sr. presidente, o objetivo que me trouxe à tribuna, para proclamar e dizer bem alto, perante os representantes do povo de Santa Catarina, que eu vejo agora acertadas aqueles princípios que defendi, não só quanto à criação do município de Santo Amaro, mas quanto a este ato da sanção errônea do sr. Governador do Estado.

O sr. Ivo Silveira — Eu espero que v. excia. passando algum tempo, volte à esta tribuna e confirme o seu ponto de vista, quando dizia que esta Casa não podia criar o município de Santo Amaro da Imperatriz, sem anuência da Câmara Municipal.

O SR. ESTIVALET PIRES — É possível também, sr. deputado, que me seja dada oportunidade de voltar à tribuna desta Casa para proclamar um erro da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em criando um município sem a prévia anuência da Câmara Municipal.

Mas si aquela decisão fôr contrária, eu virei, da mesma forma, à tribuna, para me render aos argumentos daqueles que não aceitaram o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa os seguintes requerimentos:

Sr. presidente: O deputado infra-firmado, requer na forma do disposto do artigo 101, § 4º, do Regimento Interno, regime de urgência para o projeto de lei 67-A/56.

(a.) **Olice Caldas**.

Em votação. Os srs. deputados que aprovam o requerimento, concedendo a urgência requerida, queiram permanecer como estão.

(Pausa)
Aprovado.
(Continua no próximo número)